



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 141

QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1975

BRASILIA — DF

### CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 138, DE 1975 (CN)

**Da Comissão Mista, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 38, de 1975, que acrescenta parágrafos ao art. 152 da Carta Magna, que "dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção dos Partidos Políticos".**

Relator: Deputado Raimundo Parente

#### I — Relatório

Visando, em última análise, a abrir uma brecha no bipartidarismo vigente no País, o Deputado Antônio Carlos de Oliveira, com o devido apoio constitucional, apresenta Proposta de Emenda à Constituição, que recebeu o n.º 38, de 1975, visando a alteração do Parágrafo Único — cujo conteúdo, reformulado, passa a abranger três novos parágrafos — do art. 152 da Constituição, que dispõe "sobre a organização, funcionamento e extinção dos Partidos Políticos".

O Parágrafo Único transformar-se-ia em § 1.º, sofrendo, porém, uma adição, com a qual se evitaria a perda de mandato do representante eleito, que, por atitude ou pelo voto, se opusesse às diretrizes partidárias ou abandonasse a respectiva legenda, se comunicasse à Comissão Executiva Nacional do Partido ao qual pertence seu intuito de pleitear a organização de novo partido político.

Pelo § 2.º, efetuado o registro do novo Partido, o Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador, Governador ou Prefeito que houvesse cometido a defeção, antes prevenindo aquela Comissão, passaria a exercer o mandato sob a nova legenda.

O § 3.º não inova o texto constitucional. Apenas, transforma em inciso separado a segunda parte do Parágrafo único em vigor, *in verbis*:

"§ 3.º A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa."

Na justificação o ilustre autor, depois de invocar o pensamento de W.W. Willoughby, em frase textual traduzida pelo sociólogo Pinto Ferreira, quanto a extinção dos partidos pelo Ato Institucional n.º 2, de 1965, critica a exigência do art. n.º 152, item VII, da Constituição de 1967, com a alteração da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, segundo a qual a criação de novo partido depende da adesão prévia de cinco por cento do eleitorado que haja votado na última eleição para a Câmara, "distribuídos, pelo menos, em sete Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles".

Ora, tal exigência resulta em ter-se que obter nada menos de 2.890.000 signatários para o requeri-

mento em pelo menos sete unidades federativas estaduais, visto como, no último pleito, votaram 28.890.769 eleitores.

Inegavelmente, a alteração constitucional de 1969 visou a produzir maiores dificuldades à criação de novos partidos, pois, mantido o princípio da Constituição de 1967, no particular, seriam necessários 1.449.039 eleitores para a criação de nova agremiação partidária.

Lembrando a tentativa de Pedro Aleixo, nome nacional de político dos mais prestigiosos do seu tempo, que não conseguiu sucesso em "empreitada tão árdua", sustenta o Autor que se o representante continuar no mandato, depois da defeção partidária, poderá — decerto por um movimento em cadeia nas esferas federal, estadual e municipal — atender à exigência do art. 152 da Constituição Federal.

Concedendo que seja válido esse raciocínio, baseado na prefiguração de uma hipótese viável ou não, resta-nos indagar: e se, abandonando o partido que o elegeu, o representante não obtiver êxito na tarefa que desafiou "a coragem cívica e o incomensurável espírito democrático de Pedro Aleixo", em que situação ficará, na respectiva casa legislativa? Com a renúncia à legenda — e mantido o mandato — qual o seu enquadramento regimental nos órgãos técnicos da Casa a que continuará pertencendo? Quais os parâmetros ideológicos e doutrinários da sua conduta e que possibilidades terá de liderança? Segundo nos parece, atuaria como "free-lancer", enquanto não constituído, por deferimento da Justiça Eleitoral, o seu partido. E, não obtido aquele registro, no transcurso de dois anos, em que legenda disputaria novo pleito?

Aqui fica ressaltada uma omissão — a essa altura irreparável, pois perempto o prazo de alteração da Proposta — qual a de não se prever a situação do representante naquele período de **vacância partidária**, entre sua defeção parlamentar e a constituição do novo partido.

Decerto, para atender plenamente aos objetivos da proposição sob exame, outras alterações, no texto constitucional, seriam necessárias, a fim de evitar, nas Casas Legislativas, a presença de parlamentares praticamente incapacitados de exercer em plenitude o seu mandato, uma vez que, na composição dos órgãos internos de cada um desses colegiados, a Constituição determina o critério da proporcionalidade partidária, ex vi da letra a, do parágrafo único do art. 30, *in verbis*:

"a) na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara."

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

## Via Superfície:

Semestre . . . . . Cr\$ 100,00

Ano . . . . . Cr\$ 200,00

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

## Via Aérea:

Semestre . . . . . Cr\$ 200,00

Ano . . . . . Cr\$ 400,00

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

A expressão tanto quanto possível, nessa alínea, visa à casuística numérica. Claro que só terá assento nesses órgãos quem represente um partido nacional.

A "barreira quase intransponível" para a formação de novos partidos, a que se refere o ilustre autor, seria mais facilmente ultrapassada não houvesse a exigência da disciplina partidária e permitida "empreitada tão árdua" a quem possuísse condição política e autoridade própria de liderança junto ao povo.

Se é certo a tese, também o é o fato de que a aprovação da Proposta permitiria escapar à perda do mandato, mediante simples comunicação às direções partidárias, consubstanciando a facilitação das dissensões e determinando o enfraquecimento dos partidos.

Parece-nos, outrossim, que a Proposta de Emenda sob exame não incluiu os governadores e prefeitos (não especificados no art. 152) por mero acaso. É provável que a intenção geral do autor — preservação dos mandatos — se destine casuisticamente a sua defesa, permitindo que os chefes de executivo municipal ou estadual rompam os compromissos partidários, sem prejuízo da continuidade dos respectivos governos.

Finalmente, como fórmula para escapar ao partidário, a Proposta é inócua, pois a solução apontada para permitir a existência de vários programas de governo diferentes entre si, separados por várias legendas, esbarra nas mesmas dificuldades já apontadas para a formação de novos partidos. Para sobrepujá-las, não é necessária a existência de um mandato (prosseguem os trabalhos para a criação do PDR e já se iniciam os de formação do Partido trabalhista) sem a aprovação da presente Proposta. Basta, mas, tão-somente, que surja o líder político capaz de realmente somar todo o apoio popular que a lei exige.

## II — Voto do Relator

Com esses argumentos, e tendo em vista que a proposição possibilita lacuna insanável no funcionamento das Casas Legislativas, pela presença por tempo imprevisível de representantes apartidários, somos de parecer contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 38, de 1975.

Sala das Comissões, em 6 de novembro de 1975. — Senador Jarbas Passarinho, Vice-Presidente no exer-

cício da Presidência — Deputado Raimundo Parente, Relator — Senador Renato Franco — Senador Cattete Pinheiro — Deputado Cleverson Teixeira — Senador Saldanha Derzi — Deputado Daso Coimbra — Senador Paulo Guerra — Senador Virgílio Távora — Senador Accioly Filho (Com restrições) — Deputado Antônio Carlos (Vencido) — Senador Leite Chaves (Vencido) Senador Ruy Santos.

## PARECER Nº 145, DE 1975 (CN)

Da Comissão Mista, sobre a Mensagem n.º 85, de 1975 — CN (n.º 332, de 17-10-75, na origem), contendo o texto do Decreto-lei n.º 1.421, de 9-10-75, que "dispõe sobre acréscimos às alíquotas do imposto de importação, e dá outras providências".

## Relator: Senador Helvídio Nunes

O Senhor Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, através da Mensagem n.º 85, de 1975, nos termos do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 1.421, de 9 de outubro de 1975, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que "dispõe sobre acréscimos às alíquotas do imposto de importação, e dá outras providências".

2. As razões que levaram o Senhor Presidente da República a expedir o referido Decreto-lei estão suficientemente esclarecidas na Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda, que acompanha a Mensagem.

3. Referida Exposição de Motivos, em síntese, diz que o agravamento da situação econômica mundial, resultante, sobretudo, do elevado custo do petróleo e de seus derivados, atinge a quase totalidade dos países, obrigando-os a um rígido controle de suas balanças comerciais.

No Brasil, várias medidas vêm sendo adotadas, no campo econômico e fiscal, visando a neutralizar os efeitos negativos, provocados pela conjuntura internacional.

Assim é que, no ano passado, o Governo Federal baixou os Decretos-leis n.ºs 1.334, de 25-6-74 e 1.364, de 28-11-74, ambos com o objetivo de restringir as importações não essenciais ou de essencialidade relativa para a economia brasileira.

Paralelamente, foram concedidos inúmeros benefícios fiscais às exportações, na tentativa de se al-

cançar o necessário equilíbrio na corrente recíproca — como refere o Senhor Ministro da Fazenda.

Todavia, inúmeros países compradores de nossos produto em decorrência da mesma situação mundial que a todos também aflige, também restringiram suas importações, provocando sensível prejuízo às nossas exportações.

Diante disso, a par de medidas adotadas na área monetária e financeira, faz-se necessária, especificamente no campo fiscal, nova e complementar medida restritiva às importações.

4. O art. 1.º do Decreto-lei em exame dispõe sobre as alterações das alíquotas ad valorem do imposto de importação, constantes da tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), cujos novos valores, correspondentes às mercadorias classificadas nas posições do anexo que acompanha o Decreto-lei, passam a vigorar.

Observa-se que o texto ora submetido ao Congresso Nacional veio desacompanhado do anexo a que faz referência e que traz a relação das mercadorias, sua classificação e as correspondentes alíquotas alteradas.

Tivemos, entretanto oportunidade de examiná-lo, através da publicação no Diário Oficial do dia 10 de outubro último, e verificamos que se trata de peça realmente dispensável não só pela extensão quanto pela função meramente descritiva dos produtos onerados e das novas alíquotas em vigor.

Do exame do mencionado anexo, dois aspectos devem ser ressaltados. Primeiro, nem todas as mercadorias constantes da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias foram atingidas pela elevação de alíquotas; Segundo, os percentuais de acréscimo variaram em torno de cem por cento (100%), não das alíquotas anteriores, mas sobre elas.

Podemos citar um exemplo elucidativo:

O Capítulo I, da Seção I, do anexo que acompanha a Resolução n.º 1.959, de 26-12-73, o qual dispõe sobre a adaptação da Tarifa Aduaneira Brasileira do Brasil (TAB) à Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), trata dos animais vivos e produtos do Reino Animal. Neste Capítulo, os produtos das posições 01.01, 01.02, 01.03, 01.04 e 01.05 — as primeiras da tabela — foram alterados.

A posição 01.06, subposição e item 04.00 — cães e gatos — foi a primeira a sofrer o acréscimo: a alíquota elevou-se de 45% para 145%.

5. A explicação que se pode encontrar para o fato de vários produtos não terem sido majorados é bastante simples. Em primeiro lugar, foram excluídos da medida aqueles produtos considerados essenciais, ou, pelo menos, mais importantes. Esse entendimento é lógico, porque — como salienta o Senhor Ministro na Exposição de Motivos — as restrições se limitam às importações de mercadorias estrangeiras não essenciais, supérfluas ou pouco essenciais. Em segundo lugar, outros produtos já haviam sido onerados com os Decretos-leis n.ºs 1.334, de 25-6-74 e 1.364, de 28-11-74, em decorrência do que, evidentemente, não precisavam sofrer nova majoração.

Veja-se, por exemplo, o caso da mercadoria classificada na posição 01.01, subposição 01, item 02, correspondente a CAVALO DE CORRIDA. A alíquota vigente, modificada pelo citado Decreto-lei n.º 1.364/74, é de cento e trinta e sete por cento (137%). Essa alíquota já está suficientemente onerada, e esse produto, por tanto, não foi alcançado pelo Decreto-lei em exame.

Outro exemplo que se pode citar é o da posição 22.07, subposição 04, itens 01, 02 e 03 — referente à

bebida alcoólica chamada Uísque (a grafia está apor-tuguesada na Tarifa Aduaneira do Brasil), cuja alíquota incidente é de duzentos e cinco por cento (205%), devido à majoração do Decreto-lei número 1.334/74. Essa alíquota (205%) é a mais elevada da Tarifa. Logo, esse produto também não foi atingido pelo presente Decreto-lei.

6. O art. 2.º e seu parágrafo único repetem disposição presente nos outros Decretos-leis que tratam da matéria. Trata-se de reiterar a faculdade concedida ao Conselho de Polícia Aduaneira para alterar as alíquotas fixadas dentro dos limites estabelecidos na Resolução n.º 1.959/73 e no Decreto-lei em exame.

7. O art. 3.º exclui das disposições do Decreto-lei todas as mercadorias importadas da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) ou do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), respeitando-se as alíquotas ali convencionadas.

8. O art. 4.º dispensa o procedimento previsto no parágrafo único do art. 22, da Lei n.º 3.244, de 14-8-57, que determina a prévia audiência dos interessados nas principais praças do País.

Compreende-se a dispensa mencionada pelas razões especiais e conjunturais que justificam o próprio Decreto-lei.

9. Por outro lado, o art. 5.º assegura o tratamento tarifário anterior às mercadorias embarcadas no exterior até a data de entrada em vigor da presente alteração. Evidente que assim seja, a fim de não haver prejuízo às negociações já realizadas.

10. Finalmente, uma palavra geral sobre os aspectos jurídicos principais pertinentes à matéria.

A Constituição no seu art. 21, inciso I, faculta ao Poder Executivo alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto de importação.

Tal faculdade resulta da ressalva que faz o § 2º do art. 153 da Constituição, ao princípio da legalidade e da anualidade dos tributos. Nesse dispositivo, são excecionados daqueles princípios, entre outros impostos, exatamente os de importação e exportação, ali designados impropriamente por tarifa alfandegária.

Nisso consiste a função extrafiscal desses impostos, ou seja, a utilização do tributo com função especialmente econômica.

É o caso: por imposição de ordem econômica, as alíquotas do imposto de importação foram elevadas a níveis, que restrinjam — ao ponto que as necessidades da economia impõem — as importações.

11. Ante o exposto, somos pela aprovação do presente Decreto-lei, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
N.º 62, DE 1975 — CN

Approva o texto do Decreto-lei n.º 1.421, de 9 de outubro de 1975.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.421, de 9 de outubro de 1975, que “dispõe sobre acréscimos às alíquotas do imposto de importação e dá outras providências”.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.  
— Senador Renato Franco, no exercício da Presidência — Senador Helvidio Nunes, Relator — Deputado Octacílio Queiroz — Deputado Passos Porto — Deputado Mário Alves Moreira — Senador Otair Becker — Senador Henrique de La Rocque — Senador Saldanha Derzi — Senador Luiz Cavalcante — Senador Jarbas Passarinho — Senador Roberto Saturnino — Deputado Vieira Lima — Deputado Juarez Batista.

## SUMÁRIO

**1 — ATA DA 195ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Discursos do Expediente**

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — Necessidade de providências por parte das autoridades federais e estaduais, face o surto de esquistossomose no Estado do Rio de Janeiro.

**DEPUTADO MILTON STEINBRUCH** — Voto do Brasil na ONU contra o sionismo.

**DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO** — Ato do Presidente da República modificando a sistemática do Imposto de Renda. Concessão de indulto de Natal a presos primários e reincidentes pelo Presidente Geisel, atendendo apelo do Papa Paulo VI.

**DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO** — Discurso do General Ariel Pacca ao encerrar o III Simpósio do Serviço Militar, no qual realçou a integração entre civis e militares.

**DEPUTADO JOÃO MENEZES** — Declarações do Ministro das Minas e Energia, sobre a falta de infra-estrutura no Estado do Pará para aproveitamento da bacia Araguaia-Tocantins para exportação de minério de ferro da Serra dos Carajás.

**DEPUTADO JOEL LIMA** — Conveniência imediata de um ramal ferroviário para servir a Região dos Lagos, partindo do Distrito de Santa Izabel, no Município de São Gonçalo ao de Macaé-RJ.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — Manifestação favorável a projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que torna obrigatório o uso da juta e da malva na fabricação de sacarias.

**1.2.2 — Comunicação da Presidência**

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

**1.2.3 — Comunicação da Liderança da ARENA no Senado Federal**

— De substituição de membro em Comissão Mista do Congresso Nacional.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Projeto de Lei nº 10/75-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Executivo, na parte correspondente ao Ministério do Interior: Parte Geral. **Aprovado**, nos termos do parecer. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior: DNOCS. **Aprovado**, nos termos do parecer, após usar da palavra na sua discussão o Sr. Humberto Lucena. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior: DNOS. **Aprovado**, nos termos do parecer. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior: SUDECO. **Aprovado**, nos termos do parecer. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior: SUDENE. **Aprovado**. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior: CODEVASF. **Aprovado**. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior: Territórios. **Aprovado**, após usar da palavra na sua discussão o Sr. Jerônimo Santana. À Comissão Mista para redação final.

**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — ATA DA 196ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975****2.1 — ABERTURA****2.2 — EXPEDIENTE****2.2.1 — Discursos do Expediente**

**DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA** — Defesa de medidas com vista à implantação do programa alcooleiro pelo Governo.

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — Reformulação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal a fim de dar maior dinamização às atividades do seu órgão de divulgação.

**DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN** — A grave situação por que passa a suinocultura nacional.

**DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO** — Manifestação do Sindicato da Indústria do Papel, Celulose e Pasta de Madeira relativa ao Projeto de Lei nº 676/75, em tramitação na Câmara, que obriga o uso de copo descartável.

**DEPUTADO JUAREZ BERNARDES** — 30º aniversário de fundação de Goituba-GO.

**DEPUTADO PEDRO LAURO** — Reverenciando a memória do Deputado Ivan Ferreira do Amaral.

**DEPUTADO FERNANDO COLEHO** — Exposição "Expressões de Arte do Nordeste", ora em realização nesta Capital.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — Apelo ao Ministro da Educação e Cultura para que coloque em prática os itens apresentados pela Comissão da Amazônia da Câmara, após estudos procedidos nas capitais da Amazônia Legal. Trabalho desenvolvido pelo II Grupamento de Engenharia e Construção, sediado em Manaus.

**DEPUTADO VALDOMIRO GONÇALVES** — Revestimento asfáltico do trecho Guiratinga-Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.

**DEPUTADO JG DE ARAUJO JORGE** — Comentários a alguns dados do Orçamento da União para 1976.

**DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO** — Publicação da revista *Manchete*, sob o título *O Legislativo em tempo de Revolução*.

**2.2.2 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**2.3 — ORDEM DO DIA**

Projeto de Lei nº 10/75-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério dos Transportes — RFF. Aprovado, nos termos do

parecer, após discutir a matéria o Sr. Geraldo Guedes. À Comissão Mista para redação final.

— Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério dos Transportes — SUNAMAM e PORTOBRÁS. Aprovado, nos termos do parecer. À Comissão Mista para redação final.

**2.4 — ENCERRAMENTO**

**ATA DA 195ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura**

**PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO**

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

**E OS SRS. DEPUTADOS:**

**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

**Amazonas**

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

**Pará**

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

**Maranhão**

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Baccelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

**Piauí**

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco —

ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

**Ceará**

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marclio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

**Paraíba**

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

**Pernambuco**

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

**Alagoas**

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

**Sergipe**

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

**Bahia**

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA;

Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Lear Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

#### Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

#### Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gaina — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotta Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes —

MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

#### Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

#### Mato Grosso

Antônio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

#### Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

#### Amapá

Antônio Pontes — MDB.

**Roraima**

Jerônimo Santana — MDB.

**Roraima**

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 356 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ — Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não obstante esteja em plena vigência o Sistema Nacional de Saúde votado pelas duas Casas do Congresso Nacional que abrange as atividades que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde nos setores do próprio Ministério da Saúde e dos Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Educação e Cultura, do Interior e do Trabalho, nota-se a falta de um melhor entrosamento entre esses órgãos do Governo Federal e as Secretarias específicas estaduais, para execução do Sistema.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o setor de saúde pública deixa muito a desejar, pelo que a laboriosa população fluminense fica à mercê da "boa sorte" ou proteção divina, por ser notória a ausência das autoridades médicas. Há poucos dias registrei a situação dos Municípios da Baixada Fluminense, com suas populações ameaçadas pelo "barbeiro", transmissor do Mal de Chagas, e com a incidência de sarampo no Norte do Estado do Rio. Agora, chega-me a notícia de que a esquistossomose está grassando em Niterói, a ex-capital do Estado, devido as hortas mal cuidadas, com valões de águas estagnadas e que se constituem em focos de doenças. Acresce dizer que centenas de pessoas atacadas do mal já foram atendidas pelo Hospital Antônio Pedro. Por outro lado, impõe-se dizer que a situação é grave, como bem comprovam as pesquisas realizadas pelo Instituto Vital Brasil, atestando a existência do parasita *Shistosoma Manzoni*, um dos quatro espécimes que provocam a doença. O parasita foi detectado em hortaliças servidas ao público procedentes de vários bairros niteroienses.

Sr. Presidente, não se pode negar que geralmente o portador da doença, por desconhecer seus sintomas, tarda em procurar socorros médicos, o que facilita o trabalho do parasita em sua ação considerada devastadora. Assim, tendo em vista o elevado número de pessoas atacadas pela esquistossomose na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo treze municípios fluminenses, e em face da reconhecida ausência de meios preventivos adotados pelas autoridades sanitárias responsáveis, as populações ameaçadas pela terrível doença só têm duas opções: primeira, não comprar verduras; segunda, comer verduras depois de fervidas.

Já não é preciso dizer mais nada, a fim de justificar minha presença nesta tribuna, visando a sensibilizar as autoridades sanitárias do Estado do Rio diante da grave situação sanitária da área do Grande Rio. Isto chega!

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Steinbruch.

**O SR. MILTON STEINBRUCH (MDB — RJ)** — Senhor Presidente, Senhores Congressistas:

Consumou-se na ONU, com o voto do Brasil, a condenação do sionismo como forma de discriminação racial, posição que gerou protestos do mundo inteiro.

Os árabes exercem uma intolerável pressão sobre o mundo, principalmente em países carentes e não auto-suficientes, como o Brasil, ao decretar preços altos e despropositados de seu "ouro negro".

Nosso País, cujo petróleo continua desconhecido no recôndito dos oceanos ou no seio das suas florestas indezessáveis, apoiou os árabes, merecendo, depois de um primeiro sentimento de perplexidade do seu povo e das nações amigas, a mais radical das condenações.

Todos poderiam votar com os senhores do petróleo, menos o Brasil pelas suas inequívocas responsabilidades históricas. Foi Oswaldo Aranha, quem, presidindo a Assembléia-Geral da ONU, em 1947, teve o privilégio de anunciar ao mundo o nascimento do Estado de Israel, o despertar do povo judeu, finalmente na terra prometida. O Kibutz Bror Chail, onde estão congregados dezenas de judeus brasileiros, guarda com veneração e respeito o histórico martelo usado na inesquecível sessão. O povo judeu sempre foi grato ao gesto de imensa compreensão humana de Oswaldo Aranha e, por consequência, estende sua admiração, respeito e bem querença a todos os brasileiros, justificando-se por esta razão a enorme surpresa da posição da nossa diplomacia votando a Resolução que transforma o sionismo numa forma de racismo. Vale a pena transcrever, pelo menos para que fique gravada perenemente nos Anais desta Casa a definição de Sionismo, segundo Aurélio Buarque de Holanda: — Sionismo (de Sion, denominação judaica de Jerusalém, onde há um monte com esse nome, + ismo) S.M.I — Estudo das coisas referentes a Jerusalém. 2 — Movimento nacionalista judaico iniciado no Século XIX, que visava ao restabelecimento, na Palestina, de um Estado Judaico e que se tornou vitorioso em maio de 1948, quando foi proclamado o Estado de Israel. Racismo (do inglês, racism) S. M. doutrina que sustenta a superioridade de certas raças. 2. Dualidade, sentimento ou ato de indivíduo racista.

Esta clara e nítida diferença de conceitos, foi esquecida pelo Embaixador Sérgio Correia da Costa, quanto tentou explicar o inexplicável, encerrando por afirmar que "o Brasil não tem compromisso com a doutrina Sionista". Mas, no fundo, quem interpretar o complicado jogo da diplomacia internacional, perceberá sem muito esforço que o voto do Brasil decorreu, talvez, de um esforço visando maior facilidade para a obtenção de suprimentos petrolíferos ou a vinda dos petrodólares com que reanimar a nossa depauperada economia. Mas, com isso sobrepujamos o interesse econômico às nossas tradições históricas.

Arafat, que compareceu à Assembléia da ONU, contou com o nosso voto de ante-ontem, que traduz a solidariedade pragmática do Itamaraty, numa atitude que impele à revolta e protesto de várias nações de civilização adiantada. Bem disse o Embaixador norte-americano, que a Resolução "outorgou anistia simbólica aos assassinos de seis milhões de judeus".

O voto brasileiro é, porém, um episódio meramente circunstancial, que não espelha o pensamento do nosso povo. O pragmatismo itamaratiano é sumamente prejudicial à nossa vida política internacional. Saberemos porém preservar com carinho o gesto de Oswaldo Aranha, que anunciando uma Pátria para os Judeus, uniu idelevelmente os destinos de Israel e do Brasil num luminoso halo de compreensão e amor, de respeito e admiração recíprocas, que atravessará os tempos e varará as tempestades de ódio deste mundo conturbado em que vivemos.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

**O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dois atos recentes do Governo da República refletem o interesse do Presidente Ernesto Geisel em aliviar os encargos econômicos das classes sociais menos favorecidas do País e também atenuar os efeitos de erros praticados por afrouxamento dos freios inibitórios.

O primeiro ato modifica a sistemática do Imposto de Renda, cuja tabela vai isentar do tributo uns 850 mil contribuintes, justamente os que percebem menores salários, e ainda beneficiará, através de

um formulário que não foi divulgado, mais três milhões de contribuintes.

Na Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, Márcio Henrique Simonsen, são explicadas as mudanças havidas com a necessidade de redistribuir a renda, quando afirma sua "convicção de que o crescimento econômico por si mesmo não resolverá o problema da adequada distribuição da renda e que, se o fizer, demorará mais do que a consciência social o admite". Adiantou ainda o Sr. Ministro Simonsen que as mudanças irão fortalecer o mercado de consumo interno.

O significado social da alteração desse tributo fiscal demonstra claramente que o Presidente Geisel mantém firme sua preocupação, manifestada no início de seu governo, de melhorar o status do homem brasileiro, dando-lhe possibilidades de melhor integração na riqueza nacional. Através dos órgãos informativos, conhece S. Ex<sup>a</sup> as necessidades dos menos favorecidos financeiramente e, por isso, cuida, sem gestos demagógicos, de corrigir distorções que não são de hoje mas de longos anos de omissão, quando os que de fato labutam por um Brasil de projeção internacional viveram relegados ao sabor da sorte.

O segundo ato do Sr. Presidente da República envolve um gesto de grande compreensão, de conotações cristãs, concedendo indulto de Natal a primários e reincidentes, acolhendo apelo de Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Em outras oportunidades a graça presidencial foi reservada apenas aos presos primários, enquanto agora também foram beneficiados os reincidentes, muitos dos quais terão a oportunidade de se reintegrar na sociedade e a ela prestar bons serviços. No mais perigoso dos delinquentes há sempre uma centelha de luz que o encaminha para uma vida de real valor social.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

**O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, creio que uma das imposições maiores do nosso civismo é cada vez mais exaltar e contribuir para a plena integração de civis e militares. Esse dever avulta quando, no exercício de mandato parlamentar, temos a responsabilidade da representação do Poder político. A integração entre civis e militares é a única forma de vivermos livremente, dentro dos modelos democráticos que nossa tradição cristã aceita.

As Forças Armadas, nesse sentido, têm dado um exemplo de alta compreensão e não raro alguns dos seus mais dignos e responsáveis representantes se manifestam publicamente, em afirmações que não podem ficar apenas no noticiário dos jornais, mas que devem constar dos Anais desta Casa, pois expressam o patriotismo de quem as faz e demonstram a grandeza dos que têm a responsabilidade da defesa e segurança da Pátria e de suas instituições. Não importa que outros tomem idêntica iniciativa, pois essa é a prova eloqüente de sua repercussão.

Há dias, tive a honra de referir, para que também se inserisse nos registros do Congresso, o discurso feito pelo eminente brasileiro Gen. de Exército Sylvio Frota, Ministro do Exército, por ocasião do transcurso do Dia do Aviador, e hoje quero fazê-lo com relação à fala do Gen. Ariel Pacca, proferida ao encerrar o III Simpósio Regional do Serviço Militar. Traçou ele, com exemplar clareza, o papel da Oposição, ao declarar:

"Ninguém é dono da verdade, por isso mesmo há a necessidade de se discordar, inclusive na política. O importante, porém, é discordar com a preocupação de resolver o problema que se apresenta, buscando a melhor solução, buscando a maior justiça social. Discordar para ajudar na solução dos problemas para que no mais curto prazo tenhamos uma Pátria grandiosa. E é esta integração civil e militar que estamos vendo que o Brasil precisa."

Deu ênfase ao fato de se estar defendendo a Democracia segundo as nossas tradições e não aquelas "de cunho vermelho, implantada em certos países.

"Ainda há muita miséria e são notórios os contrastes sociais no Brasil, mas, continuando unidos, construiremos a grande Pátria independente, livre de quaisquer tipos de ditadura e de imperialismo, sem fome e com prazer de viver."

Bastam estes conceitos para que se tenha perfeita identificação do pensamento daqueles que, civis ou militares, buscam servir à Pátria, compenetrados de que a união dos brasileiros é essencial para que possamos alcançar o estágio de progresso, cultura e desenvolvimento que tanto almejamos.

Esta é, pois, a palavra de ordem: União.

Não a união dos que desejam ver atendidos seus interesses; não a união dos que apenas buscam o materialismo, sem cogitação dos valores espirituais; não a união dos que querem força para impor suas doutrinas; não a união dos que mistificam, não a união desses que buscam desunir; não a união dos poucos. Mas a união integração, a união dos que acreditam na democracia, a união dos que crêem em Deus, a união dos que amam a Pátria livre, a união dos que buscam suas inspirações nos exemplos dos heróis gloriosos do passado, a união dos que querem viver felizes, à sombra do auriverde pendão brasileiro, nesta terra que abomina a violência e que há de crescer em paz e segurança, proclamando a força do amor. União do Brasil, pelo Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES (MDB — PA. Sem revisão do orador)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, temos sempre chamado a atenção do Ministro Shigeaki Ueki, quando S. Ex<sup>a</sup> passa por Belém do Pará, sobretudo quando, ao se referir ao problema de Carajás, declara que, para o Pará, o que interessa é a exportação do minério. Tenho sempre contestado S. Ex<sup>a</sup>, dizendo que o que nos interessa é resolver o problema social que nos aflige e que a exportação do minério de Carajás é a única oportunidade que temos para aproveitar a bacia do Araguaia—Tocantins, a maior do mundo.

Hoje, porém, tenho que fazer justiça ao Sr. Ministro, que, ao anunciar a instalação da fábrica de fertilizantes nitrogenados em Belém, afirmou que a grande dificuldade está na falta de infraestrutura do Governo do Pará, que o grande problema é a "falta de uma infra-estrutura que deve ser proporcionada pelo Governo do Estado, pois sua ausência encarecerá e tornará os projetos inviáveis." Realmente, nos últimos anos, os governos têm-se dedicado quase exclusivamente à construção de presídios, postos médicos que não têm remédios e grupos escolares que não têm professoras nem mesas para os alunos, enquanto questões fundamentais, que poderiam levar a Amazônia — sobretudo o Pará — a desenvolver-se com o País, ficam abandonadas, não foram e não têm sido enfrentadas.

Por isso quero congratular-me com o Ministro Shigeaki Ueki, quando S. Ex<sup>a</sup> chama atenção para a falta de responsabilidade do Governo do Pará ao tratar da nossa infra-estrutura.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Lima.

**O SR. JOEL LIMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo, nesta oportunidade, parabenizar o Sr. Presidente da República pela inauguração, no Sul do País, de 450 km de ferrovias, segundo notícia que lemos nos jornais de hoje. Existe no Brasil uma tendência inexplicável para considerar o transporte ferroviário como coisa do passado, sem atentarmos para o volume de vantagens que ele nos oferece. Se compararmos o que existe no Brasil em termos de ferrovias com as

nações mais desenvolvidas no mundo, considerando-se ainda a dimensão territorial brasileira, se o Governo não acelerar o desenvolvimento ferroviário, continuaremos com espaços vazios a serem atingidos, e pontos importantes esperam o desenvolvimento, aguardando a chegada do trem.

Temos tido uma luta constante, de nossa parte, nesta Casa, em defesa da ferrovia. Defendemos, em verdade, uma ferrovia atualizada, dentro dos requisitos mais sofisticados utilizado nos diversos países desenvolvidos do mundo, e em obediência ao planejamento prévio que vem atender aos interesses da comunidade por onde venha ela passar.

Neste sentido, em recente audiência com o Ministro dos Transportes, fiz ver à S. Ex<sup>a</sup> da conveniência imediata de um ramal ferroviário para servir à Região dos Lagos, partindo do Distrito de Santa Izabel, no Município de São Gonçalo, até o Município de Macaé, percorrendo todo o seu litoral, onde os turistas e passageiros que viajarem por este trem ora pleiteado poderão contemplar o mais lindo litoral brasileiro. Conhecessem as autoridades do Ministério dos Transportes os dados sobre o número de pessoas que visitam a Região dos Lagos nos fins-de-semana, especialmente nos dias mais ensolarados, já teriam eles independentemente de nossa solicitação, planejado a instalação imediata de um ramal ferroviário naquela região, pois que estimamos em mais de 100 mil o número de visitantes, se considerarmos o número de veículos que retornam daquela região nos fins-de-semana, seguindo um atrás do outro, numa verdadeira fila indiana, pelos dois troncos rodoviários, atingindo, num exagero de linguagem, quase 80 km. Do Tribobá a Maricá não se consegue fazer uma ultrapassagem e, do mesmo modo, a partir do entroncamento da BR—101 com a estrada Friburgo.

O Brasil, com seu potencial energético cada vez mais crescente, com um excesso de quilowatts que mais se avolumará após a implantação da Usina de Itaipu, pode partir para ferrovias eletrificadas, o que tornará o transporte bem mais barato e contribuirá para diminuir o alto índice de poluição que já começa a preocupar nossas autoridades.

O preço do petróleo está a demonstrar o quanto é inadiável a volta do trem. A economia mundial sofre o drama. Os constantes aumentos no custo dos combustíveis afetam todos os países, e o Brasil não é exceção.

Dá sermões evidentes os motivos que impõem a utilização do sistema de ferrovia na região dos Lagos, entrecortando os Municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Macaé. Evidentemente espera-se a instalação de trens, mas de tal modo que o conforto e a velocidade, paralelamente à segurança, sejam companheiros inseparáveis, como no caso específico do Expresso Tóquio-Osasco, que corre a uma velocidade de 250 km por hora.

Aqui fica, Sr. Presidente, um apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República para que visite a Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro, como o fez no Sul do País, não para inaugurar 450 km de ferrovias, mas, pelo menos, a metade disto, com a nossa esperança de que até o final do seu Governo possa fazê-lo para gáudio de quantos se preocupam com o progresso da Região dos Lagos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha voz se dirige, de modo especial, a favor do Município de Parintins.

O Projeto nº 107/75, de autoria do nobre Senador José Esteves, se tornado em lei, como veementemente, espero, torna obrigatória a utilização de sacarias de fibras naturais nacionais, em embalagens de produtos agrícolas granulados.

Parintins tem sua vida e economia baseadas no plantio, no colcho e na industrialização da juta e da malva. O projeto, se transformado em lei ajudará a zona rural do Estado do Amazonas, notada-

mente os agricultores do Baixo Amazonas. Parintins, neste e noutros assuntos pode estar certa de contar com a modesta colaboração deste Deputado Federal.

Sr. Presidente, eminentes Congressistas, que se lute, diuturnamente, pelos que vivem e trabalham no interior do Estado do Amazonas.

Passo a ler o documento que me foi enviado pela Câmara Municipal de Parintins, presidida pelo Vereador Messias Augusto das Neves, e onde se destaca a atuação brilhante do Vereador Waldir Batista Melo:

## CAMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### Parintins — Amazonas

“Sr. Presidente,  
Srs. Vereadores,

Na hora em que toda Amazônia se une através de suas autoridades, constituindo uma luta tenaz, dentro de um preçpuo que é o desenvolvimento econômico-financeiro desta grande Região.

Nós, da Câmara de Vereadores de Parintins, não poderíamos deixar de nos unir, também, em defesa dos interesses da Região, visualizando melhores dias para o nosso povo que luta intensamente pela sua sobrevivência.

É do nosso conhecimento e acredito que dos vossos, também, Sr. Presidente e Srs. Vereadores que ora tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei de nº 107/75, que torna obrigatória a utilização de sacarias de fibras naturais nacionais, na embalagem de produtos agrícolas granulados, Projeto este de autoria do Senador José Esteves. E nós sabemos que se aprovado o referido Projeto, quanto benefício trará para a Amazônia, principalmente ao nosso Estado, que temos como base econômica a juta e a malva.

Soubemos também através da imprensa falada e escrita de nosso Estado, que a matéria está sofrendo um forte combate por parte das Empresas de Plásticos do Sul do País, para que não seja aprovada.

E por essas restrições sofridas contra a aprovação do aludido Projeto, a Federação da Agricultura do Amazonas, conclamou a união de todos os Amazonenses, principalmente as autoridades, para que enviassem expediente a todas as autoridades responsáveis pela aprovação do Projeto, para que lutem para tal, pois a referida proposição ampara a jüticultura do Amazonas.

Nós que somos pequenas partículas da Amazônia não podemos cruzar os braços, uma vez que sabemos que o nosso Município tem a sua viga mestra econômica representada pela juta, e mais disso, temos um Parque Industrial a “FABRILJUTA”, que tem como matéria-prima a juta, e como produto industrializado “sacaria”, e essa mesma Indústria emprega mais de 600 (seiscentas) pessoas, no seu quadro de trabalhadores, empregados esses que são na sua totalidade chefes de família, é do nosso conhecimento que a FABRILJUTA, por falta de matéria-prima e meio de exportação, seus proprietários, já pensam em mudá-la, para outro Estado, porém, com essa Lei garantida acreditamos que tudo será solucionado, e aí existirá melhor e maior produção, e em vez de sair, poderão implantar mais Indústrias, aumentando o mercado de trabalho, que é o principal objetivo.

Por essas razões, requeiro na melhor forma regimental, depois de ouvir o Plenário, que seja enviado um expediente, ao General Ernesto Geisel, DD. Presidente da República, Senador Magalhães Pinto, Presidente do Senado, Líderes da Maioria e Minoria da Câmara dos Deputados e também aos Parlamentares amazonenses, pedindo que lutem pela apro-

vação do Projeto que trará grandes benefícios para o Amazonas.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 31 de outubro de 1975

a) Waldir Batista Melo."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicados os Pareceres nºs 117-B e 117-C, de 1975-CN, da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, relativos ao Subanexo — Poder Executivo — partes correspondentes ao Ministério dos Transportes — RFF; — SUNAMAM e PORTOBRÁS, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida e deferida a seguinte

Em 12 de novembro de 1975

Do Líder da ARENA  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador Magalhães Pinto  
DD. Presidente do Senado Federal.

Senhor Presidente

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Fausto Castelo-Branco, pelo Nobre Senhor Senador Rento Franco na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre Projeto de Lei nº 23, de 1975-CN.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador Petrólio Portella, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, das seguintes partes do Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976:

1 — Subanexo Poder Executivo — relativo ao Ministério do Interior — Parte Geral;

2 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — DNOCS;

3 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — DNOS;

4 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — SUDECO;

5 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — SUDENE;

6 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — CODEVASF; e

7 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — Territórios.

Com referência aos itens constantes da pauta da presente sessão, a Presidência esclarece terem sido apresentadas 7 emendas na parte referente ao DNOCS, 362 na parte relativa ao DNOS, 20 na parte re-

ferente à SUDECO, todas rejeitadas pela Comissão Mista de Orçamento, e 1 emenda aprovada pela comissão, referente à Parte Geral.

O pronunciamento dessa Comissão, consoante dispõe o § 1º do art. 94 do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo se "1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados e mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na comissão" (art. 66, § 3º, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado nenhum requerimento para que as emendas fossem submetidas à deliberação do Congresso, a Presidência irá submeter ao plenário apenas o Subanexo — Poder Executivo — partes referentes ao Ministério do Interior — Parte Geral, DNOCS, DNOS, SUDECO, SUDENE, CODEVASF e Territórios.

Com esses esclarecimentos, passa-se ao item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — Parte Geral, tendo Parecer, sob nº 109, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e à Emenda apresentada, de nº 1.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado, nos termos do parecer, a matéria retorna à Comissão Mista para redação final.

O-SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — DNOCS, tendo Parecer, sob nº 109-D, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas, de nºs 2 a 8.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior — DNOCS.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo apenas dizer algumas rápidas palavras sobre o projeto de Orçamento da União.

Evidentemente, quase não adianta o esforço dos Srs. Congressistas no sentido de apresentarem suas emendas, nos dias atuais, pois, na prática, o Poder Legislativo, hoje, transformou-se em mero ratificador dessa importante proposição governamental. Isso, apesar de se ter votado, no seio da Comissão Mista encarregada de apreciar o Projeto de Orçamento da União, um conjunto de normas que disciplinam sua elaboração.

Sr. Presidente, em obediência às regras traçadas por aquele órgão técnico do Congresso, sugeri aos vários Subanexos do Ministério do Interior, a exemplo do que fiz em relação a outros Subanexos dos demais Ministérios que compõem a Administração Federal, algumas emendas que são o fruto da reivindicação do meu Estado, a Paraíba, através de vários setores representativos de suas atividades econômicas.

Em primeiro lugar, desejo referir-me, no caso do Ministério dos Transportes, a uma emenda que apresentei tentando incluir, através de uma simples sentença de redação, um acesso rodoviário à cidade de Cruz do Espírito Santo, na BR-230, sem modificar o quantitativo

previsto na proposta orçamentária. Trata-se, Sr. Presidente, de uma cidade que, por assim dizer, centraliza a região produtora de açúcar e do álcool do meu Estado, e que se encontra inteiramente desvinculada do sistema rodoviário estadual e federal, apesar de estar localizada a menos de vinte quilômetros da BR-230.

Por outro lado, ofereci uma emenda explicitando na verba destinada à dragagem para acesso marítimo, a desobstrução do canal de acesso do Porto de Cabedelo, na Paraíba, sem também alterar o quantitativo global, com vistas a propiciar uma melhoria fundamental às condições daquele ancoradouro, considerado uma das melhores alternativas para o Nordeste e, sobretudo, da Paraíba, Estado cuja economia depende muito dos produtos de exportação.

Sugeri uma emenda, ainda no Ministério dos Transportes, quanto ao item relacionado com substituições de ramais ferroviários, sem modificar a lotação global, dispondo expressamente sobre a construção e pavimentação da Rodovia Rua Nova—Borborema—Bananeiras. Trata-se de uma estrada que teria de ser construída pelo Governo Federal, já que substitui um ramal ferroviário suprimido pelo Governo, ao tempo do Ministro Juarez Távora. No entanto, sua construção está sob a inteira responsabilidade do Governo do Estado, que inclusive arcou com o ônus pesadíssimo de um empréstimo no exterior no valor de 10 milhões de dólares para fazer face a uma despesa que é eminentemente da União.

Entretanto, essas emendas não lograram parecer favorável dos relatores e tampouco obtiveram êxito na Comissão Mista, sob a alegação de que todas elas feriam a Constituição e as normas, o que aconteceu também com as emendas que apresentei no Ministério do Interior, cujos subanexos encontram-se em discussão, nesta sessão. No caso do DNOCS, por exemplo, no item referente ao abastecimento d'água, respeitando verba global, disse: "Leia-se: "O abastecimento d'água, inclusive, para a construção do Açude Cacimba da Várzea, na Paraíba".

Justifiquei da seguinte maneira:

Trata-se de um açude cujo projeto, conforme cópia xerox anexa à presente emenda, data de 1962, sendo reformulado em 1964. A título de "aproveitamento integrado da bacia do Rio Curimataú" das "as disponibilidades hidrológicas do Vale do Curimataú", a construção da obra foi adiada até hoje, com sérios prejuízos para aquela zona, talvez mais seca do que o Sertão e o Cariri da Paraíba.

Há lugares, na zona do Curimataú, onde, na época de estiagem, não se encontra água num raio de três e cinco léguas, tornando-se a sobrevivência animal praticamente impossível.

Vale ressaltar que os proprietários das terras a serem inundadas pelas águas do Açude "Cacimba da Várzea" fizeram doação ao Governo o que possibilitou o barateamento da obra.

Apesar de decorrido todo esse tempo, o referido açude tornou público por decreto governamental, com projeto inteiramente pronto e depois reformulado para dar condições de um maior volume de água, até hoje não se iniciou essa obra, alegando-se o reestudo do problema por um lado, e, por outro, a falta de verbas nos orçamentos da União.

Também esta emenda não logrou aprovação na Comissão Mista, sob o mesmo argumento de que feria a Constituição e as normas para apreciação do orçamento pelo Congresso Nacional.

A propósito dessa emenda desejo que conste dos Anais uma carta que recebi a 31 de março de 1966 do então Diretor-Geral do DNOCS, Engenheiro Stanley Fortes Baptista, em que S. Ex<sup>a</sup> faz referência à importância dessa obra e aos planos do DNOCS, de construí-la oportunamente.

Por último, redigi emenda ao subanexo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, do Ministério do Interior, na qual procurava inserir na verba global de defesa contra inundações e enchentes algumas cidades da Paraíba, como João Pessoa, Capital do Estado, Santa Rita, Bayeux e Espírito Santo que estão não só sujeitas a prejuízos decorrentes das chuvas copiosas que caem na região durante certa época do ano, como também, de algum modo, sobretudo,

do, a cidade do Espírito Santo, de enchentes eventuais do rio Paraíba, que, apesar da Barragem de Boqueirão de Cabaceiras ainda vez por outra transborda, causando sérios danos à população local.

Estas eram algumas reivindicações que não poderia deixar de trazer, em nome do meu Estado e colocá-las no orçamento da União através de emendas que, entretanto, não foram aprovadas, porque os Srs. Relatores e a Comissão Mista do Congresso Nacional entenderam que contrariavam a Constituição e as normas.

Então, o que fica em nosso espírito é a impressão firme e inabalável de que não adianta apresentar emendas ao Orçamento da União. Melhor seria, talvez, que o Sr. Presidente da República baixasse o Orçamento da União através de decreto-lei, já que tem poderes de atuar em matéria financeira, de acordo com a Constituição. Isto, para, inclusive, poupar o Congresso Nacional desse trabalho de se reunir para discussão e votação de matéria que não pode alterar, em nenhuma hipótese.

Sr. Presidente, já que não pude conseguir êxito nas minhas iniciativas, que pelo menos fique registrado nos Anais do Congresso Nacional, para que um dia a população do meu Estado possa saber, compulsando os Anais do Congresso Nacional, que estive presente aos trabalhos legislativos, em defesa das reivindicações da Paraíba e do seu povo.

**DOCUMENTO REFERIDO PELO SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA:**

Ministério da Viação e Obras Públicas  
Departamento Nacional de Obras Contra Secas  
GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Fortaleza, 31 de março de 1966.

Exmo. Sr.  
Deputado Humberto Lucena  
Câmara dos Deputados  
Brasília — DF.

Ilustre Deputado:

Em atenção ao pedido de V. Ex<sup>a</sup>, tenho o prazer de transmitir algumas informações, referentes ao Açude Público Cacimba da Várzea.

O projeto original desta barragem é de 1962, definido com a possibilidade de armazenamento d'água da ordem de 7.300.000 m<sup>3</sup>. Posteriormente, em 1964, foi reformulado o projeto para possibilitar o armazenamento de 9.200.000 m<sup>3</sup> d'água, diminuindo-se, com isto, o corte em rocha do sangradouro, elevando sua cota de 83,00 m para 85,00 m. Mesmo assim, a obra projetada para uma capacidade de 9.200.000 m<sup>3</sup>, envolverá um movimento de terra da ordem de 219.580 m<sup>3</sup> e um corte do sangradouro de cerca de 137.900 m<sup>3</sup>.

Conforme a memória do projeto, é avaliado em 88.437.000 m<sup>3</sup> o volume afluente anual, dos quais 5.989.000 já estão armazenados no Açude Público Curimataú, restando disponíveis 82.448.000 m<sup>3</sup>.

Em vista destes dados, consideramos que dadas as disponibilidades hidrológicas do Vale do Curimataú, melhor será encará-lo no seu todo, reestudando-se um possível aproveitamento integrado da bacia e que, assim, não seja atacado no ano corrente, o Açude Cacimba da Várzea, segundo o atual projeto.

Certo de ter prestado os esclarecimentos necessários, aproveito o ensejo para renovar a V. Ex<sup>a</sup> os meus protestos de elevado apreço.  
— Eng<sup>o</sup> Stanley Fortes Baptista, Diretor-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Continua em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte referida. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declarou-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado, nos termos do parecer, a matéria volta à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 3:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — DNOS, tendo Parecer, sob nº 109-E, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas, de nºs 9 a 370.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior — DNOS, nos termos do parecer, a matéria retorna à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 4:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — SUDECO, tendo Parecer, sob nº 109-F, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas, de nºs 371 a 390.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior — SUDECO.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado, nos termos do parecer, a matéria volta à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 5:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — SUDENE, tendo Parecer, sob nº 109-G, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior — SUDENE.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 6:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — CODEVASF, tendo Parecer, sob nº 109-H, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior — CODEVASF.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 7:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério do Interior — Territórios, tendo Parecer, sob nº 109-I, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte mencionada.

Tem a palavra o nobre Deputado Jerônimo Santana.

**O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vem de longe a nossa preocupação com relação ao problema orçamentário dos Territórios Federais.

Em sessão do Congresso de 19-10-1973, proferimos discurso sobre o assunto, inclusive com Declaração de Voto, quando se votava o Subanexo dos Territórios. Nosso pronunciamento compõe hoje a publicação intitulada "Orçamento dos Territórios Federais — origem da grande corrupção administrativa".

Neste ano, na sessão de 6 de maio, voltamos a debater o mesmo problema, conforme consta de nossa publicação intitulada "Execução Orçamentária dos Territórios Federais — Um Escândalo Nacional".

Agora, quando se vota o Orçamento da União, é oportuno discutirmos a matéria, porque os mesmos vícios antes denunciados permanecem no que diz respeito à elaboração e execução orçamentária dos Territórios.

Na proposta de Orçamento não consta, como Receita dos Territórios, as quantias relativas aos recursos do Fundo de Participação, dos quais não se conhece o plano de aplicação. Não se conhece, da mesma forma, as somas enviadas aos Territórios a título de convênios celebrados com diversas entidades federais.

Tanto os recursos do Fundo de Participação quanto aqueles oriundos dos convênios não têm sido fiscalizados nem respeitadas a sua aplicação. Daí a margem para os desvios de toda ordem, uma verdadeira calamidade administrativa.

A aplicação dos recursos do Fundo de Participação e dos recursos advindos dos convênios vêm sendo aplicados nos Territórios à margem de qualquer disposição legal e orçamentária. O Governador de cada Território dispõe de tais recursos de acordo com sua própria vontade.

A Lei Orgânica dos Territórios Federais prescreve, em seus arts. 5º e 7º, quanto à elaboração dos planos e programas da ação administrativa:

"Art. 5º A elaboração dos planos e programas dos Territórios guardará inteira consonância com os planos regionais e nacionais.

Parágrafo único. A administração dos Territórios propiciará a harmonização dos planos e programas dos Municípios com o planejamento territorial."

"Art. 7º A ação administrativa dos Territórios obedecerá a planos de governo, previamente submetidos à aprovação do Ministro do Interior."

Essa mesma Lei, sobre o regime financeiro dos Territórios, diz nos seus arts. 40 e 41:

"Art. 40. O orçamento da União consignará, em cada exercício, sob forma de dotações globais, os recursos necessários aos encargos da administração do Território."

"Art. 41. As dotações globais serão transferidas, automaticamente, aos Territórios:

I — no início de cada trimestre, em cotas referentes a 3 (três) duodécimos, quanto à dotação para as despesas de custeio;

II — segundo o cronograma de desembolso, relativo aos programas de investimento, quanto à dotação para as despesas de capital"

Vêm essas transferências sendo feitas automaticamente? Quais os planos para sua aplicação? Nem o Congresso nem o povo conhece.

Qual a fiscalização financeira e orçamentária dos Territórios? Não existe. O Tribunal de Contas da União não tem Delegacias nessas Unidades. Nelas não existem Assembléias Legislativas e o Conselho Territorial, de nomeação por indicação dos Governadores, fecha o ciclo da desinformação a respeito. Daí as orgias de gastos inoportunos.

Tem sido apreciável a soma de recursos que a União envia anualmente aos Territórios, mas aos Governadores não interessa que todos estejam indo bem economicamente ou abram falência. Os recursos para o custeio das despesas não provêm da vida econômica das respectivas Unidades. A mãe-União envia tudo, sem procurar saber como estão sendo gastos esses dinheiros públicos.

Os Territórios não têm planos de Governo de acordo com o que preceitua o Decreto-lei nº 411. As metas programadas não são atingidas. A instabilidade administrativa é causa do grande fracasso.

Há um verdadeiro descompasso entre o que se vota para os Territórios no Congresso e o que se passa realmente no mecanismo financeiro e orçamentário. Para 1975, por exemplo, em relação a Rondônia, enquanto se dava conhecimento ao Congresso de uma dotação de Cr\$ 54.000.000,00, a Portaria nº 11, da Secretaria Geral da Secretaria de Planejamento atribuía uma receita de Cr\$ 143.730.000,00. Por que não se deu conhecimento ao Congresso de toda a receita atribuída ao Território? Por aí se vê a manipulação dos recursos à margem do orçamento, cujos planos de aplicação são secretos. Nada se publica.

Da mesma forma não coincidem os recursos da receita com as metas propostas pelo Governo do Território, como se vê do seu Programa e Metas, na sua inteireza não executado no corrente ano.

Não confere o programa das metas com a realidade e as necessidades do Território. As metas não são alcançadas, apesar das promessas. O Programa de Metas do Governo do Território está fora da realidade. Elaborou-se um Programa sem conhecer a situação atual, o que é simplesmente absurdo... É preciso uma avaliação do desempenho do orçamento que se executa em 1975, procurando identificar as obras que prometeram realizar e que não executaram, apesar da liberação dos recursos.

Outro absurdo é fazer um Programa de Metas para 4 anos, se não realizaram as obras prometidas no primeiro ano, que é o de 1975. Como irão realizar as programadas para os anos subsequentes? O atraso na realização de obras no Território já passa de 15 anos.

Todo ano se votam orçamentos, fazem-se programas, mas nada é executado, apesar dos gastos realizados. O Programa de Metas do Governo do Território de Rondônia, se executado na sua totalidade,

não atende a 50% das necessidades. E o mais lamentável é que segue 20% desse programa foi executado. Daí o caos. Daí os problemas e necessidades de toda ordem eclodindo por toda parte. A defasagem é incalculável. São obras que os Governos do Território se propuseram efetivar pela sua própria vontade, sem qualquer disposição legal e orçamentária, e, assim mesmo, não realizam. A falência da máquina administrativa dos Territórios é realidade constrangedora, apesar de custar muito caro para os cofres da Nação.

Passaremos a analisar, agora, o prometido pelo Governo de Rondônia para o período de 1975/79, nos setores de: Agricultura, Saúde, Educação, Energia, Pólos Urbanos, Saneamento, Indústria.

Não é possível analisar os planos para o setor Social, porque para ele nem promessas fizeram, o que é uma calamidade, pois é justamente nesse que mais necessidades existem e precisamente nele nada se faz.

**Agricultura**

Sr. Presidente, conforme está em meu pronunciamento na Câmara, na sessão de 4 do corrente, onde analisamos o problema da SEAC no Território, o Quadro a seguir mostra as rubricas onde se vê que não se conhece a situação atual. A situação da SEAC é tão grave, em matéria de escândalo, que está sob regime de inquérito administrativo instaurado pelo atual Governador do Território.

A situação atual, como diz o quadro, seria o resultado das aplicações dos recursos orçamentários no setor nos exercícios passados. Se não se conhece a situação atual, o que é muito grave, como foram aplicados aqueles recursos? O que se realizou com as verbas destinadas ao setor no passado se não se sabe o que existe no presente?

Para o exercício de 1975 o orçamento do Território destina a importância de Cr\$ 15.650.000,00 para a Secretaria de Agricultura. Nessa soma não estão incluídos os recursos oriundos dos convênios celebrados com órgãos relacionados com o setor. Com essa soma, porém, é possível avaliar, no quadro a seguir, o que se pretende realizar em 1975. Enquanto falam em assentar mil famílias de colonos, no Território há mais de dez mil famílias sem terra. Publicamos este quadro porque por ele se poderá avaliar o desempenho da SEAC durante o presente exercício. Vamos identificar o que se prometeu através dessas metas. É época das prestações de contas. O dinheiro vai sempre para o Território; a União é uma mãe dádívosa.

PROGRAMAS E METAS SETORIAIS A Atingir no Período 1975

SETOR: AGRICULTURA

QUADRO Nº 1

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA		EXECUÇÃO 1975	ÓRGÃO EXECUTOR
		SITUAÇÃO			
		ATUAL	PREVISTA		
1975/79					
<b>I- PRODUÇÃO VEGETAL</b>					
- Sementes Selecionadas	t	-	8.660	120	SEAC/MA
- Produção de Sementes	t	-	1.500	-	-
- Benef. de cereais	t	-	1.500	-	-
- Irrigação para sementes					
- Horteicultura	ha	-	6.000	3.000	-
- Infra-estrutura	ha	-	6.000	-	SEAC/MA
- Plantação seringueiras	ha	?	10.000	1.000	CEPLAC/MA
- Cacaicultura	ha				
- Plantação Cacaú					
- Fruticultura	t	(...)	51.000	25.000	SEAC
- Produção					
<b>II- PRODUÇÃO ANIMAL</b>					
- Controle de doenças	doses	(...)	34.000	24.000	SEAC
- Aplicação de vacinas					
- Pecuária de corte	ha	(...)	400.000	200.000	INCRA/MA
- Demarcação e licitação	uma	(...)	200	-	-
- Ocupação de propriedade					
- Suinocultura	matrix	(...)	1.250	250	SEAC/MA
- Produção	matrix	(...)	10.000	2.000	SEAC/MA
- Carne e leite bovino					
- Matrizes para revenda					
<b>III- PRODUÇÃO DE PESCA</b>					
- Infra-estrutura	t	-	20	-	SEAC/MA
- Implantação entreposto					
<b>IV- RECURSOS NATURAIS</b>					
- Racionalização da flora	visitas	501	1001	601	-
- Orientação e Supervisão					
- Proteção à Fauna	verba	-	-	-	SEAC/IBGE
- Difusão na imprensa	fiscal	5	200	15	-
- Contratação					

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			ÓRGÃO EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXECUÇÃO 1975	
		ATUAL	PREVISTA		
<b>V- ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>					
- Incorporar 5.000.000 ha.	família	(...)	5.000	1.000	INCRA/MA
- Assentamento 5.000 famílias	uma	3	6	1	SEAC/ACAR
<b>VI- MOTOCULTIVAZÃO</b>					
- Assistência mecanizada	uma	27	87	30	SEAC
- Recup. e aquisição máq.	ha	(...)	105.000	7.000	SEAC
- Destoca, aração e gradagem					
<b>VII- ANÁLISE DE SOLOS</b>					
- Cartas Pedológicas	amostra	(...)	7.500	1.500	SEAC/UFRC
- Análises					
<b>VIII- ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>					
- Elevar coefic. de uso do solo	um	(...)	8.500	4.500	SEAC/ACAR
- Assistir produtores rurais					
- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	-	-	-	-	SEAC

Obs.: (...) Informação

**Saúde**

Analisamos abaixo a situação da saúde tendo em vista as metas que o Governo do Território se propôs realizar. Metas significam a intenção e a mobilização do Governo para atingir certo estágio de desenvolvimento. Politicamente as metas são aquilo que se promete ao povo como realização futura, para justificar sua presença no poder. É claro que nessas metas no setor da saúde não consta que construam um hospital em Vilhena com recursos públicos, para depois arrendá-lo a terceiros, nem consta o fechamento do Hospital Perpétuo Socorro de Guajará-Mirim, a pretexto de reforma.

A Secretaria de Saúde do Território foi contemplada com uma dotação de Cr\$ 19.676.000,00 para o exercício de 1975. O que foi feito no setor no exercício? Construíram algum hospital? Aumentaram a capacidade de atendimento nos hospitais existentes? Ao que se vê, pelo fechamento do hospital de Guajará, tal capacidade foi reduzida.

Abaixo o quadro nº 2, para que sejam avaliadas as promessas feitas para o setor, numa análise do desempenho orçamentário no exercício de 1975 no Território.

PROGRAMAS E METAS SETORIAIS A ATINGIR NO PERÍODO 1975

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			ÓRGÃO EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA		
<b>I- ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA</b>					
- Combate na zona urbana	focos	100%	20%	75%	SUCAM
- Controle e Combate					
- Combate na zona rural	focos	100%	20%		
- Levantamento e borrifação					
<b>II- EXTENSÃO DA REDE HOSPITALAR</b>					
- Oferta de leitos	leitos	462	842	80	SEC/SAÚDE
- Construção de leitos	um	331	395	15	
- Contratação de profissionais					
<b>III- IMUNIZAÇÃO</b>					
- Assistência Imunológica	doses	?	400.000	8.000	CEME
- Campanha e aplicação de vacinas					
<b>IV- CENTRAL DE MEDICAMENTOS</b>					
- Distribuição de Medicamentos	um	-	50	-	CENT. DESV. R. Hum. /SG
- Tratamento pessoal					
<b>V- PROMOÇÃO GERAL DE SAÚDE</b>					
- Reduzir o índice de tuberculose	um	1	2	-	SEC/SAÚDE
- Aparelho Raio X	?	-	100%	20%	SEC/SAÚDE
- Abregrafias	-	-	-	-	SEC/SAÚDE
- Prevenção Hanseniana	verba	-	-	-	SEC/SAÚDE
- Campanha Educacional Sanitária	um	-	-	-	SEC/SAÚDE
- Atendimento doenças mentais	verba	-	-	-	SEC/SAÚDE
- Centro Especializado	um	-	-	-	SEC/SAÚDE
- Assistência Odontológica	verba	-	-	-	SEC/SAÚDE
- Assistência permanente	um	3	11	-	SEC/SAÚDE
- Gabinetes Dentários					
- Assistência Nutricional	verba	-	60%	20%	SEC/SAÚDE
- Orientação e Alimentação					
<b>VI- MANUTENÇÃO DO SISTEMA</b>					
	verba	100%	100%	-	SEC/SAÚDE

Obs.: Sem informação.

**Educação**

É importante assinalar desde logo que os excursionistas e visitantes que chegam a Porto Velho ficam nas mãos da Assessoria de Relações Públicas do Território como turistas, seguindo um

programa rígido, traçado por esse órgão e não têm nunca uma noção concreta da realidade do Território e muito menos terá noção dessa realidade apenas ouvindo as aulas-conferências do Governador — slides e exposições do Secretário de Governo. E ultimamente têm passado por Porto Velho muitas comitivas e o Governo tem se preocupado mais em fazer exposições para visitantes, sem lhes mostrar a realidade, do que mesmo realizar as metas que paternalisticamente prometera no seu Programa de Metas.

Tem agora o Governo, catadrático das aulas, conferências e exposições, slides etc. Enquanto isso nossos garimpeiros vão se definhando de fome, nossos colonos vão presos por quererem um lote de terra, e assim por diante.

As conferências e mensagens publicadas nos jornais não resolvem os problemas do povo de Rondônia...

É o Governo acadêmico que se instalou agora em Rondônia. O setor de educação pode facilmente ser avaliado pelo quadro nº 3, abaixo. É de calamidade o problema de educação no Território que, contraditoriamente, tem um governo acadêmico que está perdendo muito tempo em realizar conferências e aulas para visitantes do que em cuidar dos problemas do povo, principalmente no interior. Não é um governo de acadêmicos, na acepção estrita da palavra. Ele é acadêmico em sua ação distanciada da realidade, pois até que gente com status de acadêmico na administração de Rondônia existe muito pouca. O academicismo se constata no imobilismo administrativo, afastado que está o Governo das promessas que fez e que não vem cumprindo. A meta agora é fazer conferências para os visitantes. Para os da terra nem conferências se fazem! É uma tristeza essa rotina — um Território com tantos problemas e agora às voltas com uma administração acadêmica.

O orçamento do Território atribuiu, para 1975, no setor de educação, Cr\$ 23.850.000,00, mais o que se percebe através de convênios, POLAMAZONIA, etc. O que se fez no setor de concreto, além das aulas aos visitantes?

PROGRAMAS E METAS SETORIAIS PARA O PERÍODO 1975/79 QUADRO Nº 3

SETOR: EDUCAÇÃO

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			ÓRGÃO EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA		
<b>I - Fortalecimento da infra-estrutura Técnica-Administrativa da S.E.C.</b>					
- Criar 4 áreas regionais de ensino	m <sup>2</sup>	-	300	-	SOP/SEC
- Construção e equipamento de 3 sedes de delegacias regionais de ensino	m <sup>2</sup>	-	100	-	SOP/SEC
- Construção e equipamento de mais uma delegacia regional de ensino					
- Adequar o sistema do Pessoal Técnico	Técnico	15	165	34	SEC
- Manutenção de Técnicos					
<b>II - Adequação e expansão da rede física</b>					
- Ampliar, adequar e manter a rede escolar de 1º grau	salas de aula	223	423	43	SOP/SEC
- Construção e equipamento de sala de aula, zona urbana	salas de aula	618	1.358	205	SOP/SEC
- Construção e equipamento de sala de aula, zona rural	salas de aula				
- Contratação de novos professores para zona urbana	profes.	587	996		SEC
- Contratação de novos professores para zona rural	profes.	497	1.544	158	SEC
- Ampliar, adequar e manter a rede escolar de 2º grau	profes.	69	234	5	SOP/SEC
- Construção e equipamento de um centro profissionalizante e de um colégio	m <sup>2</sup>	-	1.600	1.600	SOP/SEC
- Construção e equipamento de uma escola-fazenda	ha	-	1.000		SOP/SEC
- Contratação de novos professores	profes.	69	234	5	SEC
- Aplicar e melhorar o ensino de educação física e desportos	quedras caixas de salto	-	7	3	SOP/SEC
- Construção de quadras polivalentes	quedras caixas de salto	-	5	5	SOP/SEC
- Construção de caixas para salto com vara					
- Atender alunos excepcionais através do ensino especial	m <sup>2</sup>	-	1.152	-	
- Construção e equipamento de um centro de ensino especial	sala auxiliar	-	48	24	SEC
- Construção e equipamento de salas auxiliares de ensino especial					
<b>III - Capacitação de Recursos Humanos</b>					
- Treinar e habilitar Técnicos e Professores da rede de ensino de 1º grau	profes.	-	1.260	320	SEC/CETRAM
- Treinamento dos professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau	profes.	-	900		SEC
- Habilitar professores leigos					
- Treinar, habilitar e reciclar professores e técnicos do 2º grau.					

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			ÓRGÃO EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA 1975/79		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Habilitar professores do 2º grau</li> <li>Treinar e habilitar técnicos</li> </ul>	profes. Técnico	-	85	43	SEC
		-	26	6	SEC
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificar a nível do ensino adicional, professores de 1º grau para o ensino especial</li> <li>Habilitação de professores para o ensino especial</li> </ul>	profes.	-	80	25	SEC
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de atendimento da demanda escolar fora da faixa etária escolarizável, prevista na lei 5.692/71</li> <li>Atender 90% da população fora da faixa etária na zona urbana e rural</li> <li>Atendimento através da TV Educativa</li> </ul>	alunos	-	28.500	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atendimento através do Centro de Estudos Supletivos</li> <li>Instalação do ensino de 2º grau profissionalizante através do Centro de Estudos Supletivos</li> <li>Escolarização de 90% da população rural</li> </ul>	aluno	-	500		SEC
	aluno	-	80	80	SEC/PIPMO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação de recursos humanos em nível de graduação</li> <li>Criação no Território, cursos de licenciatura Plena e Bacharel em Administração</li> </ul>	aluno	80	140	160	SEC/UFRGS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assistência ao educando - nível 1º grau</li> <li>Dar ao educando de 1º grau, assistência didática e alimentar</li> <li>Fornecimento aos estudantes do livro didático</li> <li>Fornecimento aos estudantes da merenda escolar</li> </ul>	aluno		47.743	47.743
	alunos		28.000	28.000	SEC/CNME

**Saneamento**

Esse programa está atrasado pelo menos três anos em Rondônia. No setor o que mais fazem é elevar as tarifas pelo fornecimento da água, que não é tratada. Pelo quadro abaixo, nº 4, o povo terá conhecimento do que se fez e do que se prometeu no setor. O quadro fala muito em relatórios preliminares. Em Vilhena, por exemplo, a água é poluída e vem custando mais de Cr\$ 10,00 por tambor aos usuários, apesar de a CAERD consumir alguns milhões de cruzeiros por ano em despesas de custeio

PROGRAMAS E METAS A ATINGIR NO PERÍODO 1975/79

SETOR: SANEAMENTO					
QUADRO Nº 4					
PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA 1975/79		
1- Abastecimento de Água	UN	2	4	1	DNCS
- Sistema de Abastecimento de água para Porto Velho					
- Construção de câmulas					
- Construção de elevatória c/motor bomba	un	-	2	1	"
- Aquisição e Assentamento de tubulações	km	46	146	25	"
- Projeto de ampliação da Adutora				100	"
- Construção de muro de Proteção da Ponte Sta. Barbara				100	"
- Sistema de Abastecimento de Água para Guajará-Mirim					
- Construção da 1ª. etapa da captação, adução e elevatória				100	"
- Aquisição e Assentamento da rede de distribuição	m	11.000	22.870	7.000	"
- Construção de um Reservatório enterrado			100	-	"
- Aquisição de Assentamento de conjuntos moto-bomba	un	-	4	-	"
- Construção de unidades filtrantes	un	-	2	-	"
- Sistema de Abastecimento de água para Vila Rondônia					
- Construção da 1ª. etapa para captação, adução e elevatória de tratamento				100	"
- Construção de Reservatório elevado	un	-	3	1	"
- Aquisição e Assentamento da rede de distribuição	m	-	33.690	10000	"
- Aquisição e Assentamento de conjuntos moto-bomba	un	-	3	2	"
- Dotar no sistema novas redes de abastecimento, nas localidades de Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, Cacoal e Presidente Médici.					
- Relatórios Preliminares	un	-	5	5	"
II- Sistema de Esgotos Sanitários					
- Execução de um Sistema de Esgoto Sanitário em Porto Velho					
- Aquisição e Assentamento da rede coletora principal	m	-	30.000	6.000	"
- Aquisição e Assentamento da rede coletora predial	m	-	37.785	2.485	"
- Construção de poços de visita	un	-	383	120	"

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA 1975/79		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de Lançamento sub-aquático</li> <li>Execução de um Sistema de esgoto sanitário em G. Mirim</li> </ul>		-	100	-	"
<ul style="list-style-type: none"> <li>Aquisição e assentamento da rede coletora principal</li> <li>Aquisição e assentamento da rede coletora predial</li> </ul>	m	-	16.000	4.000	"
	m	-	11.000	4.000	"
<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução de um Sistema de esgoto sanitário em Vila Rondônia</li> <li>Elaboração do projeto do sistema</li> </ul>		-	100	100	DNCS
II- Drenagem pluvial					
- Dotar 60% da área urbana atual de Porto Velho de um sistema de drenagem pluvial					
- Assentamento de coletores, galeria pluvial, poços de visita e serviços complementares	m	-	33.993	4.000	"
- Drenagem e retificação de igarapés	km	-	4	-	"
- Limpeza manual com rebozo de igarapés	km	-	5	-	"
- Dotar 80% da área urbana de G. Mirim de um sistema de drenagem pluvial					
- Assentamento de coletores e galerias pluviais	m	-	16.355	9.355	"
- Drenagem e retificação de igarapés	km	-	5	-	"
- Execução de um sistema de drenagem pluvial para atender 80% da área urbana de Vila de Rondônia					
- Elaboração do projeto do sistema de águas pluviais					
		-	100	-	"

OBS.: A água servida à população de Guajará-Mirim é a mais poluída da região apesar de inúmeras obras de CAERD e do DNCS calculadas em várias lugares da cidade.

**Indústria e Energia**

Pelo que se vê dos números inseridos nos quadros 5 e 6, os setores são totalmente inexpressivos no Território, e por eles se pode analisar que a economia do Território está apenas num estágio primário e dele não sairá tão cedo. Não há perspectiva para a produção de energia elétrica e, conseqüentemente, não se pode, é lógico, falar em indústrias. Está aqui toda a problemática da Amazônia Ocidental. Não produzindo energia, como desenvolver essa região? Pelo processo tão-somente de desenvolvimento da economia primária?

Os setores têm orçamentos próprios, através das empresas mistas CAERD e CERON, cujas somas ascendem a Cr\$ 50.000.000,00 anuais e os resultados são ainda muito aquém do que reclamam as necessidades do Território.

PROGRAMAS E METAS A ATINGIR NO PERÍODO 1975/79

SETOR: INDÚSTRIA					
QUADRO Nº 5					
PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA 1975/79		
1- Promoção Industrial					
- Oportunidades Industriais	pesquisa	-	5	1	SEAC
2- Produção Industrial					
- Matadouro Frigorífico	Cabeça	45/dia	100/dia	45	"
- Usina de Beneficiamento de leite	litro	-	15000/dia	3.000	"
3- Comercialização					
- Rede Aranzadora	armazém	3	11	4	"

PROGRAMAS E METAS A ATINGIR NO PERÍODO 1975/79

SETOR: ENERGÉTICO					
QUADRO Nº 6					
PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	PROGRAMAÇÃO FÍSICA			EXECUTOR
		SITUAÇÃO		EXEC. 1975	
		ATUAL	PREVISTA 1975/79		
1. Implantação e Expansão da Geração					
- Aumentar o potencial energético em 100% até 1979	KW	11.564	21.564	2.500	CERON
2. Interligação do Sistema Energético					
- Montar um sistema de interligação entre núcleos populacionais					
- Costa Marques/ Porto Príncipe Beira	km	-	30	30	"
- Cacoal / Pimenta Bueno	km	-	50	50	"
- Pimenta Bueno/ Espigão do Oeste	km	-	28	28	"
- Vila Rondônia/Presidente Médici	km	-	30	30	"
3. Estudo de Implantação de Usina Hidrelétrica					
- Estudo de viabilidade econômica e projeto básico					
- Pesquisa e projeto	projeto	-	1	-	"

O Sr. Nelson Thibau — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JERÔNIMO SANTANA — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Thibau — Deputado Jerônimo Santana, estou ouvindo V. Ex<sup>a</sup> com muita atenção, pois conheço de perto o seu trabalho em favor do Território de Rondônia. O orçamento federal, segundo estou vendo, estipula somente o Fundo de Participação para Rondônia; também para atender ao setor de saúde pública, consigna-se uma verba insignificante, de 70 mil cruzeiros por ano, quando vários Municípios recebem da União importâncias muito superiores, e sabemos que Rondônia tem problemas seriíssimos, como a conclusão das novas instalações portuárias em Porto Velho, apoio ao projeto de aproveitamento hidrelétrico na cachoeira de Samuel, estudos para implantação de lavouras cafeeiras, expansão da mineração, apoio aos núcleos urbanos de Porto Velho e outras, como desenvolvimento da navegação fluvial. Portanto, pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: qual a razão dessa marginalização da União Federal com Rondônia? Será por ser V. Ex<sup>a</sup> o único representante do MDB em Rondônia e está distanciado do interesse do Governo?

O SR. JERÔNIMO SANTANA — Nobre Deputado Nelson Thibau, o que vimos comentando é que os orçamentos dos Territórios não expressam as diversas receitas que os Territórios recebem. Atualmente, do Orçamento dá conhecimento de um terço da receita. As demais são canalizadas por diversos fundos que não são previstos na Lei de Meios e não se vinculam a obras que se realizam. São recursos que ficam à margem da fiscalização e que se diluem dentro do programa de trabalho de outros Ministérios, deixando de serem centralizados sob o comando do Ministério do Interior.

Prossigo, Sr. Presidente:

Sr. Presidente, há receitas do Território de Rondônia que a proposta orçamentária que ora se discute não deu conhecimento ao Congresso, conforme se vê do Parecer nº 109-I, de 1975—CN, atribuindo apenas uma receita não vinculada de Cr\$ 70.871.000,00 — recursos ordinários. Além desses, o Território recebe como receita, e deveria constar no orçamento, recursos de diversas fontes, consoante especificamos abaixo. Lamentavelmente, o Parecer não menciona os quantitativos nem as obras ou custeios a que se vinculam. São eles:

— Receitas oriundas dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Territórios.

— Participação em tributos federais — quotas do imposto único sobre minerais, combustíveis líquidos, energia elétrica, Fundo Rodoviário Nacional, taxa rodoviária e outros.

— Receitas próprias.

— Recursos advindos com convênios celebrados pelo Território e suas Secretarias com diversos órgãos da administração federal.

— Recursos recebidos diretamente pela CERON e CAERD.

— Aplicação de recursos feitos diretamente pela ação de outros ministérios na área, como Agricultura, Minas e Energia e Transportes.

Pelo que se vê do Parecer, não se deu notícia à Casa dos programas de obras a serem realizadas pelos recursos não constantes da Proposta Orçamentária a serem recebidos diretamente pelo Território e suas entidades da administração indireta. E, ao que se sabe, as receitas provenientes das fontes que mencionamos acima são superiores a duas ou três vezes aos recursos não vinculados de que dá notícia o Parecer 109-I em discussão.

Esse Parecer afirma que o Programa POLAMAZÔNIA visa a desenvolver em Rondônia os seguintes setores:

— Conclusão das novas instalações portuárias em Porto Velho;

— Apoio ao projeto de aproveitamento hidrelétrico da cachoeira do Samuel;

— Estudos para expansão da lavoura cafeeira;

— Implantação de lavouras cafeeiras em áreas selecionadas;

— Expansão da mineração cafeeira;

— Apoio aos núcleos urbanos de Porto Velho e Vila de Rondônia;

— Desenvolvimento da navegação fluvial.

Pelos recursos não vinculados, o Parecer, lamentavelmente, apenas destaca os seguintes subprogramas em relação a Rondônia:

— Administração Geral: A atividade visa, prioritariamente, a definir a política de pessoal do Governo, objetivando dotar a administração de condições básicas para atingir o melhor índice em termos de reforma administrativa, promovendo a capacitação e aprimoramento dos recursos humanos em função do crescimento populacional.

— Previdência Social ao Servidor Público: A atividade visa, especificamente, à formação do Patrimônio do Servidor Público.

Com relação ao servidor público é bom lembrar que nem o Plano de Classificação de Cargos se fez para os Territórios.

Na Exposição de Motivos 13-CDE/75, que trata do POLAMAZÔNIA, foi dedicado a Rondônia os recursos para 1975, no valor de Cr\$ 69.621.000,00 para uma programação que não foi realizada e que talvez o seja, no futuro, que transcrevemos conforme o quadro abaixo de nº 7:

Pólo/Programas e Projetos — Fundos de Recursos	Alocação em 1975	Órgão Responsável do Contador
<b>● RONDÔNIA</b>		
<b>AGRICULTUR*</b>		
— Campo 6. Produção de Sementes Melhoradas de Arroz — POLAMAZÔNIA (PIR)	885,0	Governo do Território
	838,0	
— Programa de Mecanização — POLAMAZÔNIA (PIR)	2.185,0	Governo do Território
	2.185,0	
— Assistência Técnica aos Produtores Rurais — POLAMAZÔNIA (FDAE)	3.000,0	EMBRATER
	1.150,0	
— Governo do Território	2.300,0	
— Pesquisas Agropecuárias — POLAMAZÔNIA (FDAE)	1.000,0	EMBRAPA
	1.000,0	
— Regularização Fundiária — POLAMAZÔNIA (PROTERRA)	5.000,0	INCRA
	5.000,0	
<b>TRANSPORTES</b>		
— Rodovia RO-1: Rio Machado/Ariquemes — POLAMAZÔNIA (PIR)	5.722,0	Governo do Território
	5.722,0	
— Rodovia RO-2: Vila de Rondônia/Paraná — OLAMAZÔNIA (PIR)	7.304,0	Governo do Território
	7.304,0	
— Estradas Rurais — POLAMAZÔNIA (PIR)	4.600,0	Governo do Território
	4.600,0	
<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>		
— Abastecimento de Água — Vila de Rondônia — POLAMAZÔNIA (FDP)	2.507,0	Governo do Território
	2.507,0	
— Abastecimento de Água — Curu Preto — POLAMAZÔNIA (FDP)	1.000,0	FZESP
	1.000,0	
— Abastecimento de Água — Cacaul — POLAMAZÔNIA (FDP)	2.300,0	FZESP
	2.300,0	
— Abastecimento de Água — Juru — POLAMAZÔNIA (FDP)	1.750,0	FZESP
	1.750,0	
— Abastecimento de Água — Ariquemes — POLAMAZÔNIA (FDP)	1.000,0	FZESP
	1.000,0	
— Abastecimento de Água — Presidente Médici — POLAMAZÔNIA (FDP)	821,0	FZESP
	821,0	
— Escolas Sanitárias — Vila de Rondônia — POLAMAZÔNIA (FDP)	322,0	Governo do Território
	322,0	
— Escolas Sanitárias — Cacaul — POLAMAZÔNIA (FDP)	2.300,0	FZESP
	560,0	
— FZESP	1.800,0	
— Escolas Sanitárias — Juru — POLAMAZÔNIA (FDP)	1.210,0	FZESP
	370,0	
— FZESP	840,0	
— Melhorias Sanitárias Domiciliares — BR-304 — POLAMAZÔNIA (FDP)	2.307,0	FZESP
	307,0	
— FZESP	2.000,0	
— Desapropriação em Vila de Rondônia — POLAMAZÔNIA (PROTERRA)	10.000,0	BUDECO
	10.000,0	

Pólo/Programas e Projetos — Fontes de Recursos	Aplicação em 1975	Órgão Responsável ou Executor
<b>INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b>		
— Usina de Beneficiamento de Lã — Porto Velho	3 000,0	SUBECO
— POLAMAZÔNIA (FDAE)	2 530,0	
— Governo do Território	3 330,0	
— Estudos de Oportunidades Industriais	1 300,0	SUBECO
— POLAMAZÔNIA (FDAE)	1 300,0	
<b>SAÚDE</b>		
— Estruturação do Sistema de Saúde	770,0	GOV. DO
— POLAMAZÔNIA (PIR)	770,0	
— Unidades Sanitárias da Região Modelo-Memor	300,0	Governo do Território
— POLAMAZÔNIA (PIR)	300,0	
— Unidade Hospital Pedro	300,0	Governo do Território
— POLAMAZÔNIA (PIR)	300,0	
<b>EDUCAÇÃO</b>		
— Estruturação do Sistema de Educação	600,0	SUBECO
— POLAMAZÔNIA (PIR)	600,0	
— Formação de Recursos Humanos para o Meio Rural	1 300,0	SUBECO
— POLAMAZÔNIA (PIR)	1 300,0	
— Treinamento para o Sistema de Saúde	300,0	SUBECO
— POLAMAZÔNIA (PIR)	300,0	
— Treinamento para o Sistema de Agricultura	300,0	SUBECO
— POLAMAZÔNIA (PIR)	300,0	
<b>RESUMO</b>		
POLAMAZÔNIA	30 000,0	
PIR	25 000,0	
PROTERRA	10 000,0	
FDAE	5 000,0	
FDP	11 000,0	
OUTRAS FONTES	10 000,0	
<b>TOTAL</b>	<b>91 000,0</b>	

Sr. Presidente, talvez ainda dentro dessa concepção que elaborou a teoria dos Pólos Urbanos de Porto Velho e que ainda não foi cumprida, o chamado Programa de Metas se propôs desenvolver os pólos de Vila Rondônia, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Nada de que prometeram para essas localidades foi realizado:

— abastecimento de água; aliás, isso não vem sendo feito nem nas cidades como Porto Velho e Guajará-Mirim;

- educação
- saúde
- pistas de pouso
- urbanização
- matadouro
- rodoviária
- centros administrativos
- hospitais e postos médicos
- postos policiais etc.

Tais obras foram prometidas para 1975, mas nada se fez. É uma calamidade, porém é verdade. E o que se fez dos recursos respectivos?

Veja-se, por exemplo, o que ocorreu em relação a Vila Rondônia, que já conta com uma população de cerca de 30 mil habitantes. Adquiriram uma máquina de asfalto caríssima, dizendo que era para asfaltar a vila, que não conta sequer com as ruas abertas nem com um plano de urbanização implantado, e hoje lá se encontra a máquina exposta ao tempo, estragando-se. Isso não é nem urbanização nem desenvolvimento urbano. Prometeram para aquela vila as seguintes máquinas:

- um trator de esteira, que não se encontra lá.
- uma patrol, que não se encontra na vila desde junho;
- três basculantes — Só deram uma; as outras duas ficaram em Porto Velho.

Mas é com esses instrumentos que pretendem desenvolver o pólo urbano de Vila Rondônia, vila que não tem sequer Prefeitura e que é preciso seu administrador brigar com o Prefeito de Porto Velho se quiser alguma migalha para tentar solucionar os problemas da comunidade. E depois asem os teóricos a falar, em aulas e conferências, em pólos urbanos. Se Vila Rondônia se encontra nessas condições em matéria de equipamentos, o que dizer de vilas como Cacoal, Vilhena e Pimenta Bueno?

Quem leu nossos pronunciamento na Câmara, realizado em 1.10.1975, terá noção exata do abandono do interior do Território de Rondônia.

Publico o quadro das promessas do Governo do Território para Vila Rondônia; salientando que até hoje nada se realizou. Enquanto isso o Governo do Território com seu Secretariado vai fazendo conferências para os visitantes que chegam a Porto Velho. Abaixo o quadro nº 8.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS PARA VILA RONDÔNIA - Cr\$ 1.000,00

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO	
				GOVERNO	POPULO A PREFEIR
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sistema	1	7.200	-	1.000
ÁREAS PLUVIAIS	ha	12	9.000	-	1.000
GRUPO SANITÁRIO	ha	24	9.420	-	1.420
SISTEMA VIÁRIO	ha	12	11.130	1.000	1.030
ENERGIA	Força	-	2.500	1.500	-
EQUIPAMENTOS URBANOS					
EDUCAÇÃO	m <sup>2</sup>	1.000	3.000	1.000	-
SABER	m <sup>2</sup>	2.500	5.000	300	700
SABER (Preço de Serviços)	m <sup>2</sup>	10.512	2.000	-	-
CONTÊNTO	ha	0	0	-	300
PISTA DE POUZO	m	1.500	1.020	-	1.020
URBANIZAÇÃO	m <sup>2</sup>	600.000	10.200	1.000	1.000
MATADOURO	m <sup>2</sup>	100	300	-	-
MERCADO	m <sup>2</sup>	1.250	2.500	-	1.250
INDUSTRIAL	m <sup>2</sup>	700	1.500	-	1.000
CENTRO ADMINISTRATIVO	m <sup>2</sup>	300	700	300	-
POSTO POLICIAL	m <sup>2</sup>	300	600	300	-
<b>TOTAL</b>			<b>72.020</b>	<b>5.000</b>	<b>11.420</b>

Sr. Presidente, nos demais pólos de problemas sociais e abandono não há sequer máquinas com as quais se possa fazer alguma coisa em favor das populações dessas vilas.

Publico abaixo o quadro das promessas e intenções do Governo em relação às vilas que menciono. Se nessas vilas a situação está assim, como não estará naquelas que não são objeto de promessas?

Em Rondônia é assim. As promessas velhas não se cumprem, e as promessas novas vão ficando velhas sem serem cumpridas. É uma tristeza...

É mais fácil fazer conferências para visitantes, turistas, do que realizar alguma obra no interior. É o compasso da mais estéril burocracia que se conhece. Transcrevo os quadros da programação não cumprida para os Pólos Urbanos de Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, de nºs 9, 10 e 11.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS PARA VILA R. CACOAL - Cr\$ 1.000,00

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO	
				GOVERNO	POPULO A PREFEIR
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sistema	1	7.200	-	1.000
ÁREAS PLUVIAIS	ha	0	4.000	-	-
GRUPO SANITÁRIO	ha	12	4.210	-	-
SISTEMA VIÁRIO	ha	12	11.130	500	370
ENERGIA	Força	-	2.000	300	300
EQUIPAMENTOS URBANOS					
EDUCAÇÃO	m <sup>2</sup>	1.200	3.600	-	-
SABER	m <sup>2</sup>	1.000	2.000	-	-
SABER (Preço de Serviços)	m <sup>2</sup>	9.200	1.200	200	200
CONTÊNTO	ha	0	100	30	-
PISTA DE POUZO	m	1.500	1.020	-	500
URBANIZAÇÃO	m <sup>2</sup>	200.000	2.500	200	400
MATADOURO	m <sup>2</sup>	120	300	-	-
MERCADO	m <sup>2</sup>	500	1.000	-	-
INDUSTRIAL	m <sup>2</sup>	300	600	-	-
CENTRO ADMINISTRATIVO	m <sup>2</sup>	100	200	100	-
POSTO POLICIAL	m <sup>2</sup>	100	200	100	-
<b>TOTAL</b>			<b>42.060</b>	<b>1.370</b>	<b>2.007</b>

PROGRAMA DE POLÍCIA URBANA  
PROGRAMA DE DESPÊNDIO PARA VILA DE VILMIRA - Cr\$ 1.900,00

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	PONTES DE FINANCIAMENTO	
				1975	
				TOTAL	PONTES GOVERNO A. O. FISCAL
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sistema	1	4.000	-	2.720
ÁGUAS PLUVIAIS	m	5	2.325	-	817
ESGOTO SANITÁRIO	m	9,2	1.810	-	544
SISTEMA VIÁRIO	m	6,4	10.000	500	440
ENERGIA	Volts	-	1.000	700	-
EQUIPAMENTOS URBANOS					
ARRUAÇÃO	m <sup>2</sup>	400	1.200	-	-
SABÃO	m <sup>2</sup>	500	1.000	-	-
LIXAS (Prato de Reparação)	m	9.250	1.212	100	150
CRIBELCO	m	6	370	-	50
PISTA DE PUNDO	m	1.500	1.972	-	500
URBANIZAÇÃO	m <sup>2</sup>	120.000	2.500	200	400
MANTENIMENTO	m <sup>2</sup>	120	200	-	-
MERCADO	m <sup>2</sup>	200	500	-	-
BOFOLARIA	m <sup>2</sup>	100	200	-	-
CENTRO ADMINISTRATIVO	m <sup>2</sup>	100	200	-	-
POSTO POLICIAL	m <sup>2</sup>	120	240	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>31.757</b>	<b>1.000</b>	<b>3.271</b>

PROGRAMA DE POLÍCIA URBANA  
PROGRAMA DE DESPÊNDIO PARA VILA DE VILMIRA - Cr\$ 1.900,00

PROGRAMAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	PONTES DE FINANCIAMENTO	
				1975	
				TOTAL	PONTES GOVERNO A. O. FISCAL
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Sistema	1	4.250	-	2.000
ÁGUAS PLUVIAIS	m	6.200	2.100	-	1.150
ESGOTO SANITÁRIO	m	4.000	1.127	-	310
SISTEMA VIÁRIO	m	6	4.500	500	1.000
ENERGIA	Volts	-	1.200	700	-
EQUIPAMENTOS URBANOS					
ARRUAÇÃO	m <sup>2</sup>	600	1.800	-	-
SABÃO	m <sup>2</sup>	250	500	-	-
LIXAS (Prato de Reparação)	m	9.250	1.063	200	300
CRIBELCO	m	6	300	-	70
PISTA DE PUNDO	m	-	-	-	-
URBANIZAÇÃO	m <sup>2</sup>	201.000	3.150	300	600
MANTENIMENTO	m <sup>2</sup>	120	240	-	-
MERCADO	m <sup>2</sup>	275	750	-	-
BOFOLARIA	m <sup>2</sup>	200	400	-	-
CENTRO ADMINISTRATIVO	m <sup>2</sup>	100	200	-	-
POSTO POLICIAL	m <sup>2</sup>	120	240	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>22.757</b>	<b>1.700</b>	<b>3.370</b>

Sr. Presidente, na falta de órgãos fiscalizadores independentes para atuarem nos Territórios, como Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, que inexistem nessas unidades, é que chegamos a resultados tão contristadores.

O Distrito Federal não tem Câmara de Vereadores nem Assembléia, mas tem um Tribunal de Contas. Para os Territórios nem isso existe. Há tempo que reivindicamos que o TCU instale em cada Território uma Delegacia para o acompanhamento eficiente do desempenho orçamentário anual, identificando no interior as obras que contabilmente são realizadas, mas que na realidade as receitas são consumidas e os problemas não são resolvidos. A cada ano piora mais a situação em Rondônia.

É um problema crônico a ineficiência administrativa da máquina burocrática do Território de Rondônia, que não se faz presente nem mesmo na Capital. Até hoje não se implantou a propalada Reforma Agrária no Território. O Decreto-lei nº 411/69, apesar de editado há seis anos, não foi ainda regulamentado. O seu capítulo sobre matéria financeira e orçamentária permanece obscuro. De promessa nos jornais o povo do Território vive cansado. Chega de publicidade. É preciso fazer alguma coisa para a população. Basta de aulas e conferências! Chega de programas não cumpridos! O povo deseja ver obras, principalmente no campo social, com mais oportunidades de trabalho. Chega de pretender expulsar nossos garimpeiros para outros Estados. É preciso ampará-los, permitindo-lhes que exerçam as suas profissões no Território. Chega de parasitismo na administração. É preciso oferecer condições de trabalho, e estas em Rondônia são representadas pela livre garimpagem da cassiterita.

Além de o Governo não cumprir suas promessas no setor administrativo, ainda não apóia a liberação da garimpagem. Aliás, vem

apoiando francamente os grupos e chegando mesmo ao ponto de sugerir aos garimpeiros que deveriam ir trabalhar no Xingu ou no Tapajós. Imagine, Sr. Presidente, o Governador de Minas ou de Mato Grosso sugerindo aos pecuaristas desses Estados que os abandonem, indo criar em outras Unidades da Federação. Seria o fim. Em relação à cassiterita de Rondônia, o Governador sugere aos garimpeiros, filhos do Território, ali radicados com suas famílias, que se dirijam a outros Estados, se quiserem garimpar. Em vez de ampará-los, em vez de solicitar a abertura dos garimpos, o Governador simplisticamente, sem a menor sensibilidade, sugere que os garimpeiros devam se mudar do Território. Aonde chegamos? Essa é a desgraça maior de Rondônia. Os Governadores pensam o que pensam os grupos contra o seu povo. Esse é o artificialismo do Território.

Sr. Presidente, o MDB, partido majoritário no Território desde 1971, vem sendo marginalizado por ocasião da escolha e nomeação dos Governadores do Território, aliás como sucede nos Estados, onde o partido tem maioria nas Assembléias e que se nomeou Governador da ARENA. Nos Territórios, onde não há Assembléia e apenas um representante no Congresso, com mais razão não se ouvirá essa representação no atual quadro de nomeação dos Governadores dos Territórios. Trata-se de uma situação conjuntural.

Nos países democráticos, fala a voz das urnas, com o império da maioria. Nos Territórios do Brasil ainda não é assim...

O MDB, coerente com a sua posição de âmbito nacional, ocupa as funções eletivas pela vontade do povo e se reserva o direito de cobrar, de fiscalizar as administrações nomeadas e de denunciar as distorções e arbitrariedades no âmbito do Executivo.

O Executivo, que é tão cioso e auto-suficiente na escolha dos Governadores dos Territórios, a ponto de desprezar o concurso dos partidos votados nas Unidades, tem a maior responsabilidade de acertar nos Territórios e executar as promessas que faz diariamente nos jornais das nossas Capitais.

O MDB está aqui, e com ele está o povo para gritar, para cobrar, para fiscalizar. É preciso amparar os garimpeiros e os estudantes, enfim, todos aqueles que enfrentam a vida mais difícil nos Territórios. O Governo de Rondônia, ao invés de fazer conferências para visitantes, deveria proporcionar-lhes conhecer os subúrbios de nossa Capital e as vilas do interior, em completo abandono. Deveria patrocinar o diálogo dos visitantes com as classes do Território, inclusive as representações dos Partidos políticos. Deveria ensinar o contato dos visitantes, e são muitas as comitivas que chegam e que saem, com os colonos e garimpeiros e deveria dar-lhes conhecimento do real e não através de slides e conferências acadêmicas dos problemas sociais do Território, principalmente daqueles decorrentes do fechamento arbitrário da garimpagem de cassiterita, deixando sem condições de trabalho milhares de pais de família.

Sr. Presidente, na verdade, as administrações dos Territórios Federais comportam serem examinadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que não está fora de cogitação, tais os abusos que se passam atualmente quanto ao esbanjamento de dinheiros públicos. De logo vamos solicitar o exame das contas do Governo de Rondônia através da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados. Não é possível consumir tantas verbas sem nada realizar em benefício do povo, principalmente no campo social. O problema é de tal dimensão e as distorções e arbitrariedades são tantas que o caminho será mesmo uma CPI para os Territórios Federais, além do exame das contas respectivas pela Comissão privativa da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Continua em discussão. (Pausa.) — Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados.  
(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério do Interior — Territórios, a matéria volta à Comissão

Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12 horas e 20 minutos.)

## ATA DA 196ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1975

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

#### EOS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

##### Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

##### Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

##### Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

##### Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

##### Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio

— ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

##### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

##### Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

##### Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

##### Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

##### Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

##### Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

## Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

## Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel — Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

## Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francélio Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

## São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotz Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Júnior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novas — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturilli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

## Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

## Mato Grosso

Antônio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

## Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giòvini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Louso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

## Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB.

## Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovinq Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

## Amapá

Antônio Pontes — MDB.

## Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

## Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 356 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

**O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (ARENA — SP. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o plano do álcool aí está. E o Governo Federal pretende que se produza 3 bilhões de litros de álcool até 1980. A menos que se deixe de atender a outros mercados — e quanto ao consumo interno e à pauta de exportação o açúcar ocupa o segundo lugar — terá de haver um reajuste de preço para a cana, a fim de que se possa empreender agora o grande plantio para a produção de álcool.

Não há dúvida de que o preço de 120 cruzeiros a tonelada, pleiteado pela Sociedade Rural, representada pelo Sr. Sálvio de Almeida Prado, e também pelo Diretor da FAESP, Sr. João Agripino Maia, é uma indicação para que o Governo compreenda que tudo isso só poderá ser feito a partir do estabelecimento de preço para a cana, que dê lucro à quem planta.

A continuar como está, não vamos ter álcool nem açúcar, enfim, nada teremos para o Governo Federal realizar o que pretende. É inadiável, pois, o reajuste do preço da cana, para aumentar o seu plantio. É importante evitar demagogia. Que não se comece a pensar na distribuição de terras para a cultura de mandioca ou de cana, para resolver o problema do álcool. Na realidade, o de que precisamos é um preço justo para esses produtos. E mais, todo o apoio à agricultura empresarial, à agricultura de médio e grande porte, que poderá produzir economicamente e em grande escala o produto de que o Governo precisa e o País carece.

É hora de ação e de trabalho. Aproveitando a crise, querem alguns demagogos, pessoas que não entendem do problema, distribuir terras. A serem executadas medidas dessa ordem, uma crise sem precedentes advirá. A não ser com uma agricultura capitalista, empresarial, o Brasil não sairá da crise. Por isso, deve-se banir da mente dos que compõem a Comissão do Plano do Álcool qualquer idéia de reforma agrária ou de divisão de terra para o setor de produção de álcool.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por falta de uma melhor ordenação publicitária, poucos conhecem as atividades do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, órgão do Ministério da Agricultura.

O consumidor, quando constata a falta de datas nos laticínios e derivados de leite, a venda clandestina de carne e outras infrações cometidas por matadouros e frigoríficos que prejudicam diretamente a saúde da população, não sabe a quem formalizar as denúncias ou tem medo de fazê-las.

Acresce dizer que na Baixada e norte fluminenses o abate clandestino de cavalos doentes, para fabricação de linguiças e venda direta nos açougues, continua funcionando a todo vapor, sem que as autoridades policiais ou sanitárias adotem medidas preventivas de defesa da saúde das populações ameaçadas, apesar das seguidas denúncias formalizadas desta tribuna.

Por outro lado, impõe-se dizer que o referido Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal atua precariamente na fonte, antes que o produto chegue ao mercado, realizando um combate permanente contra a deterioração e a contaminação de alimentos. Todavia, não se pode negar que a carne clandestina em matadouros, açougues ou fábrica de conservas quase sempre escapa da inspeção do DIPOA, mercê dos meios ardilosos usados pelos infratores da lei. Assim, entendo ser preciso que as populações consumidoras sejam melhor esclarecidas sobre essa problemática que tantos prejuízos lhes há causado. Para tanto, impõe-se a reformulação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal para di-

namizar as atividades do seu órgão de divulgação e um melhor entrosamento com as Secretarias de Segurança Pública, através de suas Delegacias de Polícia — Setor de Economia Popular.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin.

**O SR. ANTONIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nos últimos vinte dias esta é a sexta vez que trato do problema da suinocultura, tal a gravidade da situação desse importante setor de atividade, que representa uma das maiores fontes da economia do Rio Grande do Sul.

Há anos que trato desse problema, sem alcançar, contudo, os objetivos colimados. O mal continua: enquanto o suinocultor vende o porco por preço vil, abaixo do custo da produção, o consumidor dos centros urbanos paga os olhos da cara pela carne e pelos produtos suínocolos. Ainda mais: os frigoríficos compram o porco pelo preço que impõem, pagam quando querem, muitas vezes com 30, 60 e até 90 dias, em juros e correção monetária.

Ainda agora recebi uma carta de suinocultores de Cerro Largo, informando que o preço do quilo do porco branco é Cr\$ 4,20, do porco V Cr\$ 3,90 e do porco preto Cr\$ 3,30, mais ou menos o preço vigente em 1963. "Com estes preços, afirmam os queixosos, o governo não ganhará mais eleições". Assinam esta carta os suinocultores Claudino Roque Butzen, Evaldo Lutz, Maria Izodete, Manoel Alves, Omar Bot, Ot Avelino Butzen, José Dutra, Ernesto Donela e José Butzen.

Ainda sobre o assunto, recebi do Município de Alecrim, também do Rio Grande do Sul, a seguinte correspondência:

Senhor Deputado:

Temos o prazer de comunicar a Vossa Senhoria, que esta Câmara Municipal, em sessão ordinária realizada à noite do dia 24 de outubro corrente, aprovou um voto de apoio à indicação nº 490/401/75, do Vereador José Waldemar Link, da Câmara de Vereadores de Carazinho, que solicita seja oficiado ao Exmo Sr. Ministro da Agricultura, enfatizando a necessidade de ser fixado um preço mínimo para o suíno.

Neste sentido, apelamos para a colaboração do ilustre Deputado, para que secunde o presente apelo, contribuindo assim, para a sobrevivência da Suinocultura rio-grandense.

Sem outro particular, colhemos o ensejo para renovar-lhe nossos seguros votos de admiração e apreço.

Atenciosamente. — Roque Kleinsubing, Secretário Executivo"

E do Vereador Carlos Vievzorek, Presidente da Câmara Municipal de Redentora, recebi a seguinte moção, aprovada naquele fe-  
cundo Legislativo:

"Senhor Presidente:

Os Vereadores, que este assinam, vêm requerer na forma regimental que, uma vez ouvido o Colendo Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando a necessidade da fixação do preço mínimo do suíno, medida esta que virá beneficiar aos pequenos suinocultores, bem como aqueles agricultores que têm na criação de suínos um meio para melhorar seus rendimentos, e mesmo para servir de incentivo em tão importante setor de nossa economia.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 1975. — Vereadores, Heveraldo Silveira Fortes — Antonio Ferrari Machado — Waldir Vasco da Silva — Alfredo Reinoldo Schultz — João Batista Prates — Alexandre de Oliveira."

Fazendo este registro, renovo o mais veemente apelo aos órgãos competentes para que sejam tomadas as providências que o caso

requer. Milhões de suinocultores, homens devotados ao trabalho construtivo, aguardam a palavra do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

**O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando da apreciação, pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 676/75, do nobre companheiro Deputado Inocência de Oliveira, foi encaminhado ao Presidente daquele órgão técnico um memorial da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, tecendo considerações sobre a matéria, concluindo por sua inconveniência.

Eis que agora o Presidente em exercício do Sindicato da Indústria do Papel, Celulose e Pasta de Madeira, o Dr. Milton Augusto do Amaral, me envia carta manifestando o ponto de vista contrário do seu Sindicato, anexando cópia do expediente que enviou ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Como o projeto será objeto de consideração de outras Comissões e deverá ser apreciado pelo Senado Federal, caso aprovado pela Câmara, transcrevo aqui, para conhecimento dos Srs. Congressistas, as razões do Sindicato da Indústria do Papel, como subsídio ao exame da proposição.

Eis o teor da correspondência a que aludo:

“Senhor Deputado:

Pedimos licença para anexar à presente, cópia do expediente enviado à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, com referência ao Projeto de Lei nº 676/75, de autoria do ilustre Deputado, Dr. Inocência de Oliveira.

Muito respeitosamente,

Milton Augusto do Amaral — Presidente em exercício do Sindicato da Indústria do Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado da Guanabara”

“Senhor Presidente:

Não têm sido poucos os serviços prestados pela nossa Federação e Por Vossa Senhoria, em particular, às indústrias do antigo Estado da Guanabara e, já agora do novo Estado do Rio de Janeiro. Eis porque nos causou bastante estranheza tivesse sido endereçado ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente de sua Comissão de Justiça, um memorial contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 676/75, de autoria do ilustre deputado, Dr. Inocência de Oliveira, — que obriga o uso de copo descartável.

2. Nessa atitude, aparentemente em desacordo com os propósitos e as normas éticas dessa “Federação”, foram considerados, tão-somente, interesses de um único setor industrial, com preterição de outros que, sem dúvida, terão condições de expansão — como é óbvio — desde que o mencionado projeto se transforme em lei. Expansão essa de benéficos resultados econômico-fiscais para o Estado e de aspecto social apreciável, como fato gerador de novos encargos no mercado de trabalho.

3. Acreditamos que, na defesa maior do interesse da coletividade, com base em inquéritos bacteriológicos que comprovaram a existência média de 4.000 bactérias em copos e xícaras utilizados pelos bares e cafés (Cadeira de Microbiologia e Imunologia Aplicadas, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo), aquele projeto procura criar condições higiênicas e profiláticas capazes de minimizar a comprovada transmissão de doenças por cotágio, através de utensílios mal esterilizados.

4. Estamos certos que Vossa Senhoria — com o alto espírito de compreensão que o caracteriza e grande conhecimento da posição da indústria, considerando o incremento

que a efetivação daquele projeto proporcionará ao setor industrial respectivo, tanto do nosso como dos demais Estados — receberá esta nossa demonstração de discordância, não como um protesto, mas como um alinhavado de razões.

5. Cumpre-nos salientar que o memorial em apreço não representa o ponto de vista da totalidade das empresas filiadas a este Sindicato, ressaltando, ainda, o fato de que muitas das eventualmente interessadas deixaram de ser consultadas.

6. Eis porque, Senhor Presidente, acreditando nos sadios propósitos do referido projeto de lei em defesa do interesse maior da coletividade, pedimos admitir a nossa discordância ao memorial dessa Federação dirigido ao ilustre Presidente da Câmara dos Deputados e à sua Comissão de Justiça, por considerá-lo inoportuno, inútil e prejudicial à empresas e entidades filiadas a essa grande Federação.

Valemo-nos deste ensejo para apresentar à Vossa Senhoria, o testemunho de nossa admiração, consideração e apreço.”

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Juarez Bernardes.

**O SR. JUAREZ BERNARDES (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.)**

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entre 24 e 31 de outubro próximo passado, a cidade de Goiatuba, do meu Estado, comemorou seu trigésimo sétimo aniversário.

Sua história praticamente tem início com o aparecimento de bandeirantes que por ali passaram em busca de ouro e pedras preciosas.

Só por volta de 1860, porém, é que pessoas vindas de Minas Gerais começaram a se fixar nas terras que hoje fazem parte do Município, dedicando-se à criação de gado e exploração da agricultura, atraídas, com suas famílias, pela fertilidade do solo.

Em 1862, Manoel Vicente Rosa, Cândido Luiz e Manoel Bernardo da Costa, que ali já se haviam fixado e constituído família, doaram ao padroeiro São Sebastião uma porção de terras para formação do povoado, que passou a chamar-se Bananeiras. Erigiu-se então uma capela, em torno da qual começaram a surgir as primeiras casas. O povoado, dentro de pouco tempo, passaria à categoria de distrito, com nome modificado para São Sebastião das Bananeiras.

Através do Decreto-lei estadual nº 1.233, de 31 de outubro de 1938, o então Distrito de São Sebastião das Bananeiras passou a chamar-se Goiatuba, nome que ainda conserva.

Banhado por diversas correntes de água, o Município de Goiatuba ocupa uma área de 4.490 quilômetros quadrados da Bacia do Paranaíba, apresentando solo excelente para a agricultura e excepcionais condições para a pecuária. Abriga, dentro de seus limites, uma estância climática — Salinas — recomendada à cura de várias doenças de pele e do estômago, onde grande número de pessoas, de outros Estados e Municípios, aparece em busca de solução para seus males.

A paisagem aconchegante da cidade e a atmosfera de prosperidade ali reinante têm atraído para o Município a atenção e o interesse de quantos por ele passam.

E graças à disposição de trabalho, à atividade industrial e ao espírito ordeiro de sua gente, que se vem harmonizar à prodigalidade do solo, Goiatuba, ao completar seus 37 anos, já desempenha relevante papel no processo de desenvolvimento do Estado de Goiás, figurando, seguramente, entre os Municípios mais expressivos do quadro econômico goiano, com uma produção significativa de soja, algodão e arroz, além de intensa atividade pecuária.

O potencial de seu solo, que se traduz na riqueza da flora e na fertilidade, e o espírito laborioso de sua gente muito mais prometem para um futuro próximo.

Esperamos que os dirigentes goianos, reconhecendo o alto significado daquele município como fator de crescimento e desenvolvimento econômico do Estado, procurem dotá-lo das condições necessárias ao aproveitamento de suas potencialidades, levando estímulo e proteção à atividade agrícola e pecuária.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Lauro.

**O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao folhear o jornal a *Gazeta do Povo*, deparei com a carta de um pai inconformado com a morte de seu filho.

Há um ano, o Parlamento Nacional perdeu um de seus membros mais atuantes. O luto tomou conta de nossos corações.

Ivan Ferreira do Amaral faleceu num trágico acidente, numa das muitas rodovias existentes em nosso Estado sem a segurança necessária.

Ivan, você foi, mas deixou uma lacuna muito grande em nosso Plenário.

Sim, éramos de partidos opostos, mas com os mesmos ideais políticos.

Ivan nos deixou como exemplo seu espírito dinâmico, capaz e altruísta. Vamos seguir a sua imagem de trabalho, idealismo e dedicação.

Esperamos que as autoridades paranaenses lembrem com respeito e sentimento o seu nome e não esqueçam que entre tantas avenidas que Curitiba possui uma poderá levar o nome de Ivan Ferreira do Amaral, do qual qualquer cidade há de orgulhar-se, porque Ivan Ferreira do Amaral era um verdadeiro idealista nos seus objetivos políticos, e se aqui estivesse muito trabalharia pelo bem do povo paranaense, sem visar a interesses pessoais.

Ivan, nosso Paraná muito ficou devendo a tua ação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coelho.

**O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso)** —

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Galeria "Nêga Fulô", do Recife, estarão promovendo nesta Capital, a partir de amanhã, a exposição "Expressões de Acre do Nordeste", mostra das mais significativas da arte popular daquela região.

Responsável por intensa programação cultural na Capital pernambucana, a Galeria, que, agora, com a presença de Alcides Santos, Gilvan Bezerril e Manuel Arruda, traz a Brasília uma visão da extraordinária arte popular nordestina, vem realizando exposições diversas, cursos, conferências, espetáculos e lançamentos de livros e discos. Exposições como as de Abelardo Rodrigues, Flávio Tavares, Miguel dos Santos, Newton Navarro, Osmar Fonseca, Rogério Luz, Violeta Plech, Tiago Amorim, Mariza, Percy Lau, Ninita Moutinho, Anneliese Polluzi, Antonio Sérgio Rodrigues, Lourdes Magalhães, Gilberto Freyre, Hélio Feijó, Adelson de Oliveira, Gilvan Bezerril, Jairo Arcoverde, José Oliveira, Silvia Chalreo e Nair Kremer evidenciam o alto nível das iniciativas culturais da aludida Galeria.

Em relação aos santeiros de Tracunhaém, cujos trabalhos serão agora expostos nesta Capital, Hermilo Borba Filho — romancista que ocupa posição das mais destacadas na moderna ficção brasileira e que vem alcançando notável repercussão também no exterior — escreveu a seguinte louvação, que por si só expressa a importância da mostra a ser amanhã inaugurada:

"Louvo os santeiros, os santeiros de Tracunhaém, que santo já não precisa de louvação, louvados já são para todo o sempre. Louvo os santeiros que no verde do canavial e no verde das matas criam os santos de fisionomias serenas como

se ausentes das suas angústias; mas não: são contemplativos e certos de que um dia será de fartura para todos, nesta região tão sofrida e tão dilacerada.

Louvo os santeiros de Tracunhaém que, do barro, à sombra das igrejas, mantendo uma tradição, fazem saltar das suas mãos os santos mais populares: um São Francisco de pássaros nos ombros e na cabeça, uma Nossa Senhora da Conceição pisando o mal, uma Santa Luzia de olhos arredondados; louvo-os nas suas paupérrimas casinhas onde jamais senti o cheiro de comida; louvo-os no chão de barro batido e pés descalços, unidos à terra, dela vindo, dela sobrevivendo, para ela indo; louvo-os na alegria sem ver de quê, alegria somente de estarem vivos e poderem contemplar a própria obra; louvo-os no seu despojamento de roupas e enfeites, no catre e na mesa tosca, na telha-vã, ao pé do forno cozinhando os seus santos.

Louvo Severino, já encantado, Severino de Tracunhaém, dado a conhecer por Augusto Rodrigues e amparado por Abelardo, Severino do barro e da hidropisia; e louvando Severino louvo mais que nada sua mulher Lídia, também já encantada, o coração levou-a para outros campos, mas sua marca continua forte: Lídia risonha, os cabelos esvoaçando, limpinha, esculpindo Nossas Senhoras de Anjinhos no manto, longas Nossas Senhoras que estão aqui ou na Europa regendo lares, louvo seus irmãos José Antônio e Regina, na faina, mourejando, criando santos e outras figuras, mas sempre santos, que a região é religiosa, avatares de um cristianismo mais primitivo, que os mantém na esperança; louvo João Prudêncio, sobrinho, família de santeiros, vejam, dentro da melhor tradição nordestina de arte e artesanato; louvo Zezinho, o dos santos de grande porte, que desde Alcobaça, dizia Abelardo Rodrigues de cara aberta no riso franco, não se fazia, muito menos em fornos precários; louvo-o, como louvo Manuel Gomes da Silva (Nuca), que faz leões e santos, bichos uns homens outros que certa vez andaram juntos em arenas romanas para maior glória do cristianismo e satisfação dos animais; louvo Antônia Leão, a mais barroca de todos, com seus santos atarracados, caboclos, trabalhados; e a louvação vai para Maria Amélia e Severina Batista, santieras de nova fornada, a incrível Severina, como a chama minha amiga Sílvia Martins, da Galeria Nêga Fulô, que promove esta importante exposição; a redonda Maria Amélia, cujos santos, de cara angustiada pelas dores do mundo, crescem para os lados e não para o alto, crescem no abraço e não na fuga.

De Severina, a quem continuo louvando, está em cima de minha mesa um anjinho magro, comprido, de asas quase inexistentes — um anjo subdesenvolvido, bem nordestino, da zona-da-mata — a cara levantada para o alto, pedindo qualquer coisa que tanto pode ser a meu favor como ao dela, Severina: de ambos será. Louvo o anjinho e nele todos os santeiros da zona de Tracunhaém que, no verde da paisagem, as mãos mergulhadas no barro macio, criam santos menos para acudir as suas aflições que para transformá-las em magros cruzeiros que os ajudem na fome ancestral de Comida, Paz e Justiça."

Registrando o acontecimento, temos a certeza de que essa mostra de arte regional — marcada de profundo sentido universalista — constituirá um momento alto na programação realizada em 1975 pela Fundação Cultural do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, eminentes colegas congressistas, apelo, desta tribuna, para que o Ministro da Educação, através dos seus diversos setores, faça o máximo para colocar em prática os itens

que a Comissão da Amazônia apresentou, após os estudos a que procedeu nas Capitais da Amazônia Legal.

1. Criação de um sistema educacional que dê ênfase à qualificação profissional, notadamente na preparação de mão-de-obra para os novos setores industriais e de serviços.

2. Criação de Faculdades nas áreas de Ciências Humanas e Exatas nos Territórios.

3. Criação de Faculdades de Medicina Veterinária nas sedes de Estados.

4. Cooperação aos programas de atendimento ao menor abandonado.

5. Recursos para elevar o nível técnico e pedagógico do corpo docente do ensino do primeiro grau.

6. Incentivo à criação de pequenas bibliotecas no interior da Amazônia.

7. Amparo às atividades folclóricas na região.

8. Criação de teatros populares.

9. Criação de Escolas Técnicas Federais nos Territórios.

10. Possibilidade de utilização do Fundo de Participação dos Municípios pelas Prefeituras no atendimento aos problemas de ensino em geral.

Desejo ainda, Sr. Presidente, acrescentar, pessoal e individualmente, o seguinte:

— Alfabetização intensiva nos bairros pobres das Capitais da Amazônia e alfabetização intensiva na zona rural, por intermédio, ou não, do MOBRAL.

Passando a outro tema, Sr. Presidente, manifesto daqui minha admiração ao trabalho desenvolvido pelo 2º Grupamento de Engenharia do Exército Nacional. Leio, a propósito, notícia publicada pelo *Correio Brasileiro*, edição de 9 do corrente mês, pela qual se comprova a obra ciclópica realizada pelo 2º Grupamento.

“O 2º Grupamento de Engenharia e Construção, com seu Quartel General sediado em Manaus e seis batalhões executando um vasto programa de obras na Amazônia, destacando-se na implantação de cerca de 8.000 quilômetros de rodovias, representa a força de engenharia do Exército que registra o maior índice de construção no território nacional. Aquela unidade, ao findar o mês de setembro, ultrapassou os 5.000 quilômetros de estradas concluídas, e, no final de outubro, movimentou mais de 100 milhões de metros cúbicos de terra. Em 1976 serão entregues ao tráfego três rodovias de mais alta importância para a região amazônica. Trata-se das BR—163, Cuiabá—Santarém, com 1.733 quilômetros; BR—174, Manaus—Boa Vista, fronteira com a Venezuela, com 988 quilômetros; e o trecho da BR—230 (Transamazônica) entre Humaitá e Lábrea, com 217 quilômetros, perfazendo no seu todo, as três, 2.987 quilômetros.”

Meus parabéns ao Exército.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valdomiro Gonçalves.

O SR. VALDOMIRO GONÇALVES (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) —

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma das características do sertanejo que se dedicou à vida pública é aquela de, mesmo afastado das lides políticas, não perder a vocação para o serviço do bem comum, continuando a interessar-se pelo destino das suas cidades, sem perder o civismo e, sobretudo, insistindo em dedicar-se àquela ação fiscalizadora, que é um dever da própria cidadania.

Não se limitam a votar, a participar, discretamente, dos pleitos eleitorais. Quando percebem algo de errado na administração, procuram o primeiro político das suas relações de amizade, para um pedido de providências.

É o caso de Walter Ferreira Leão, ex-Prefeito de Guiratinga, no Estado de Mato Grosso, de quem acabo de receber detalhada carta, a respeito da situação em que se encontra a rodovia Guiratinga—Rondonópolis.

Trata-se, evidentemente, de uma crítica construtiva, como cumpre a quem foi administrador municipal e sabe medir as conseqüências das suas palavras e o efeito das suas observações.

Informa aquele prestante cidadão que o Departamento Rodoviário de Mato Grosso — o DERMAT — vem prestando relevantes serviços à conservação daquela rodovia, justamente pela falta de pavimentação e — como ninguém ignora — em conseqüência dos estragos provocados pelo constante uso e pesadas chuvas que caracterizam os verões do cerrado.

Assim, se o DERMAT, em sua ação indormida, vive constantemente a reformar o leito da rodovia, a desviar trechos quando ela se torna parcialmente intransitável, não é menos certo que, nessa verdadeira “obra de Santa Engrácia”, gasta preciosos recursos do erário estadual, dinheiro que poderia estar sendo destinado à conservação e à abertura de novas estradas vicinais, ligando os municípios. Por meio destas é que não houve, na região, um colapso dos transportes, principalmente tendo-se em conta a intensidade do tráfego, pois Guiratinga é um centro geodésico, com ligações para Tesouro, a BR-70, General Carneiro, Barra do Garças e Torixoreu.

Queremos, nesta oportunidade, comungar com a opinião do nosso prestante missivista: tudo se resolveria, enormes recursos seriam poupados pelo Estado, com melhor destinação à abertura de estradas vicinais, se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem resolvesse, afinal, pavimentar a rodovia Guiratinga—Rondonópolis.

Será a solução definitiva e a mais econômica

As estatísticas feitas pelo DERMAT assinalam ser bastante elevado o número de veículos em trânsito diário naquela estrada, de inestimável importância econômica e estratégica, principalmente pelo que representa no intercâmbio de Rondonópolis com Campo Grande e Cuiabá.

Diante do exposto, endereçamos veemente apelo ao Ministério dos Transportes e, sobretudo, às autoridades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para que seja promovido o revestimento asfáltico do trecho Guiratinga—Rondonópolis, de importância inegável para o desenvolvimento de Mato Grosso e para a ocupação do Oeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado JG de Araújo Jorge.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está na Ordem do Dia a votação do Projeto de Lei nº 10, de 1975, que estima a Receita e fixa a despesa da União para o Exercício Financeiro de 1976.

O Orçamento da União é uma radiografia das condições econômico-financeiras do País. Infelizmente, é vedado ao Poder Legislativo fiscalizar, emendar, interferir e participar da feitura da Lei Orçamentária. E vale a pena tecer rápidas considerações a respeito da mesma, diante dos dados hoje enviados para aprovação. O Orçamento da República para 1976, vai a Cr\$ 139.325.000.000,00, arrendondadamente. Observamos que a verba para a educação, de 1964 para cá, diminuiu. A dotação orçamentária do Ministério da Educação e Cultura chegou a representar mais de 11% do Orçamento. Hoje está reduzida a 4,67%. Somos um país educado, por excelência. Enquanto isso, as dotações para os três Ministérios militares somam Cr\$ 15.085.000.000,00, vale dizer, 11,24% do Orçamento. E se acrescermos outras verbas ligadas à segurança nacional, chegaremos a cerca de 20% do Orçamento. Como se verifica, somos um País inseguro, porém educado.

As verbas para três Ministérios para áreas consideradas prioritárias pelos relatores da matéria — Ministério da Agricultura, Ministério das Minas e Energia e Ministério da Saúde — somam Cr\$ 5.321.000.000,00, ou seja, apenas 3,82% do Orçamento.

Enquanto isso, há no Orçamento, englobados sob a rubrica de "Encargos Gerais da União", e para o Fundo Nacional de Desenvolvimento, 41,11%, ou seja, em dinheiro, Cr\$ 57.000.000.000,00.

Já tentei, de certa forma, conhecer da aplicação desses recursos englobados sob a rubrica de "Encargos Gerais da União". Infelizmente o Ministério do Planejamento não fornece informações a esse respeito, até porque, segundo dados, dentro desse montante se encontram ainda verbas ligadas à segurança nacional, o que aumentaria a mais de 20% os recursos orçamentários para esse setor.

Ao fazer estes comentários, ocorre-me que neste momento se encontra no DASP o Plano de Classificação dos Servidores Cíveis, com promessa do Sr. Diretor do DASP, Coronel Darcy Siqueira, de que até o fim do ano será implantado totalmente. Tem sido vezo afirmar que pesa no Orçamento da União os recursos para manutenção dos servidores cíveis. No Orçamento de 1976 realmente, pela primeira vez, nas dotações orçamentárias de pessoal para os quatorze Ministérios Cíveis, as verbas serão superiores às dotações orçamentárias para os três Ministérios militares. As dotações orçamentárias para o pessoal de quatorze Ministérios cíveis vão a pouco mais de Cr\$ 14.000.000.000,00. As dotações orçamentárias para o pessoal de três Ministérios Militares vão a um pouco mais de 8 bilhões de cruzeiros.

Destaco esses fatos para chamar a atenção do Governo, no sentido de que é preciso resolver o problema dos servidores cíveis, de que há recursos, de que a implantação da Lei nº 5.645, de 1970, deve e pode ser feita, de que o servidor civil merece uma resposta às suas aflições e ao seu desespero. Faz-se necessário que haja tratamento pelo menos igual àquele que vem sendo dispensado aos servidores militares. Os rápidos comentários que faço a alguns dados desta Lei Orçamentária, que hoje deverá ser aprovada pelo Congresso, provam que u'a melhor distribuição dos recursos internos do Orçamento do País possibilitaria solução ao problema do atendimento à classe dos servidores cíveis e — quem sabe? — maior remuneração aos trabalhadores em geral, possibilitando a melhoria do salário mínimo, que tem sido até agora apenas um subsalário, a manter a sobrevivência de tantos trabalhadores deste País. Recursos há. Sua melhor distribuição é que se faz necessária.

Ocorre-me, sempre em oportunidades como esta, frase do ilustre brasileiro, ainda vivo, que foi candidato a Presidente da República — e por quem lutei, ainda estudante, pela eleição — o eminente Ministro José Américo de Almeida. De certa feita declarou S. Ex<sup>a</sup> à imprensa, a propósito de crises neste País: "Sei onde está o dinheiro, e todos nós sabemos".

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

**O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.)**

Sr. Presidente, nobres Congressistas, a importância do Poder Legislativo, sua formação, atuação e análise de seus aspectos jurídicos, sociais, econômicos e principalmente políticos, foram ressaltados e enobrecidos através da excelente publicação feita pela revista "Manchete", sob o título "O Legislativo em tempo de Revolução".

Nessa reportagem a revista "Manchete" ressalta que o Congresso Nacional é bem diferente daquele que se instalou na inauguração de Brasília. Hoje, fisicamente, suas instalações melhoraram e se ampliaram através de anexos semi-subterrâneos, e a seus equipamentos incorporaram a eletrônica e os computadores. Juridicamente, alguns de seus poderes foram extintos ou reduzidos. Hoje, como ontem, no entanto, o Congresso Nacional continua a ser, com seus membros eleitos diretamente pelo povo, um dos três pilares da União e uma força respeitável e positiva na marcha para o aperfeiçoamento das instituições políticas e sociais do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicados os Pareceres nºs 124 e 125, de 1975-CN, da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, nas partes referentes aos Encargos Gerais da União e à Receita e Texto da Lei, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, das seguintes partes do Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976:

1 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério dos Transportes — RFF;

2 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério dos Transportes — SUNAMAM e PORTOBRÁS.

Com referência aos itens constantes da pauta da presente sessão, a Presidência esclarece terem sido apresentadas 6 emendas na parte relativa ao Ministério dos Transportes — RFF, e 24 na parte relativa ao Ministério dos Transportes — SUNAMAM e PORTOBRÁS, todas rejeitadas pela Comissão Mista de Orçamento.

O pronunciamento dessa comissão, consoante dispõe o § 1º do art. 94, do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo "se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados e mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na comissão" (art. 66, § 3º, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado nenhum requerimento para que as emendas fossem submetidas à deliberação do Congresso, a Presidência irá submeter ao Plenário apenas o Subanexo Poder Executivo — partes referentes ao Ministério dos Transportes — RFF, e Ministério dos Transportes — SUNAMAM e PORTOBRÁS.

Com esses esclarecimentos, passa-se ao item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério dos Transportes — RFF, tendo Parecer, sob nº 117-B, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário as Emendas apresentadas, de nºs 1 a 6.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo, na parte referente ao Ministério dos Transportes — RFF.

Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Guedes.

**O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sei quanto é precioso o tempo dos caros colegas, sobretudo depois de um dia de intensos trabalhos. E a jornada foi, realmente, cheia de problemas. Mas faltarei a um dever para comigo mesmo se, no instante em que discutimos o anexo relativo ao Ministério dos Transportes, não aproveitasse a oportunidade para me referir ao ex-Ministro Mário David Andreazza. Antes de entrar propriamente no mérito da discussão, quero aqui prestar uma homenagem àquele ex-titular da Pasta dos Transportes, pelo que fez, sobretudo em favor de Pernambuco e do Nordeste.

O episódio da prestação de contas do Ministério dos Transportes tem causado variada celeuma, da qual nos tem dado notícia a imprensa brasileira. E isso tem dado lugar a muitos equívocos, que poderão atingir a reputação alheia, aproveitando-se várias pessoas para descobrir, em irrelevantes enganos e pequenos omissões, o caminho da fraude, da desonestidade e até da corrupção. Às vezes essas pessoas sequer conhecem o teor das impugnações apresentadas

à prestação de contas pelo egrégio Tribunal de Contas da União, que não é uma corte de levianos, mas um Conselho de dignos varões e respeitáveis juizes, que não iriam, de forma alguma, enxovalhar a honra alheia, nem diminuir o entusiasmo daqueles que trabalham pela grandeza da Pátria comum.

Sr. Presidente, por isso quero deixar registrada aqui a minha palavra de apreço ao ex-Ministro Mário David Andreazza. Nós, do Nordeste, sabemos quanto representa hoje para nossa economia, para nossa infra-estrutura, ou para o nosso desenvolvimento, o asfaltamento das BRs daquela Região, que cortam Pernambuco em várias direções. Neste Estado mesmo temos um exemplo incontestável: os sertões mal nos pertenciam. Também, em Alagoas, Bahia, Paraíba e Piauí. Mas eis que as estradas foram asfaltadas, eis que foram pavimentadas as rodovias centrais, e os sertões se integraram na economia dos nossos Estados, fazendo circular bens em demanda do porto de nossas capitais. Essas estradas, que ninguém acreditava fossem objeto de pavimentação, estão hoje a desafiar a indiferença dos maledicentes e despeitados invejosos, promovendo todas elas o bem-estar, acelerando o transporte dos bens, garantindo a produtividade da terra, estimulando o plantio e se tornando, na verdade, em um dos fatores de nosso indiscutível progresso. Pois foi o ex-Ministro Mário Andreazza quem as tirou das secções cartográficas para transformá-las em vias de desenvolvimento e de riqueza. Ele mesmo participou ativamente de todo o processo desenvolvimentista nacional. Relamente, ele tomou parte de todos esses serviços de construção, administrando-os diretamente com riscos para a sua própria saúde e, muitas vezes, para a própria vida. Em todos esses lugares se encontrava o ex-Ministro Mário Andreazza. Ainda há pouco, o nobre Deputado Peixoto Filho, que foi seu colega no mesmo curso de formação, na Escola Militar, deu testemunho do que estou afirmando. Pois Mário Andreazza estava sempre, com sua presença dinamizadora, com seu incomparável otimismo, entusiasmo, liderança, dignidade e honradez, em todos esses recantos do território nacional.

Sr. Presidente, no instante em que, sei, está sendo ele julgado pela incompreensão de muitos, cabe a nós, homens públicos, que nunca estamos livres dessas situações e desses injustos julgamentos, deixar expresso nos Anais deste Congresso nosso testemunho, que, por certo, não se faz preciso nem há de fazer falta ao ex-Ministro Má-

rio Andreazza, mas que à nossa consciência se impunha prestá-lo perante a Nação, através desta tribuna, pelo muito que fez por nossa terra, por nosso Estado e por nosso povo.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério dos Transportes — SUNAMAM e PORTOBRÁS, tendo Parecer, sob nº 117-C, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas, de nºs 78 a 101.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo na parte referente ao Ministério dos Transportes — SUNAMAM e PORTOBRÁS, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

# **CÓDIGO PENAL**

## **QUADRO COMPARATIVO**

**O NOVO CÓDIGO PENAL  
(DECRETO-LEI Nº 1.004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6.016/73)  
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940**

### **Notas**

**Alterações do Código Penal de 1940**  
**Legislação correlata**  
**Texto original do Decreto-lei nº 1.004/69**

### **Subsídios**

**Exposição de Motivos do Código Penal de 1940**  
**Exposição de Motivos do Código Penal de 1969**  
**Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6.016/73**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

**PREÇO: CR\$ 25,00**

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

# **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

## **QUADRO COMPARATIVO ANOTADO**

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,  
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-  
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

**2 VOLUMES**

**1º VOLUME:**

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-  
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

**2º VOLUME:**

**NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:**

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZUID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-  
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

# **O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**

**HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR  
Nº 7, DE 7-9-70**

**Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00**

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## Emendas Constitucionais

nº 1, de 1969,  
nº 2, de 1972,  
nº 3, de 1972,  
nº 4, de 1975 e  
nº 5, de 1975.

(formato bolso)

136 páginas

**Preço: Cr\$ 6,00**

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS do SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

# LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União (prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição (Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE (voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

**Edição — Setembro de 1974**

**340 páginas**

**Preço: Cr\$ 20,00**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,**  
 Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
 acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**  
 ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**